



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

BRUNO ANDERSON DA SILVA BATISTA

**O CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NAS
EMPRESAS DE REVENDEDORAS DE VEÍCULOS NA CIDADE DE
CAJAZEIRAS-PB**

**SOUSA - PB
2010**

BRUNO ANDERSON DA SILVA BATISTA

**O CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NAS
EMPRESAS DE REVENDEDORAS DE VEÍCULOS NA CIDADE DE
CAJAZEIRAS-PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.**

Orientador: Professor Me. Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa.

**SOUSA - PB
2010**

BRUNO ANDERSON DA SILVA BATISTA

**O CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NAS EMPRESAS
DE REVENDEDORAS DE VEÍCULOS NA CIDADE DE CAJAZEIRAS – PB**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-PB.

MSc. THAISEANY DE FREITAS RÊGO
Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis

Aprovado em: 24 de Novembro, de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa
Prof^o MSc. da Universidade Federal de Campina Grande

Membro: Mirza Cunha Saraiva
Prof^o MSc. da Universidade Federal de Campina Grande

Membro: Marcos Macri Oliveira
Prof^o MSc. da Universidade Federal de Campina Grande

Sousa-PB
Novembro/2010

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu abaixo assinado, assumo a total responsabilidade de autoria de conteúdo do referido trabalho de conclusão do curso, intitulado **O CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NAS EMPRESAS DE REVENDEDORAS DE VEÍCULOS NA CIDADE DE CAJAZEIRAS/PB**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa/PB, 30 de Novembro de 2010

Bruno Anderson da Silva Batista
Autor

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, pois sem ele nada conseguiríamos e não estaríamos reunidos nesse momento tão importante.

Aos meus pais: Francisco Batista Dantas e Maria Aparecida da Silva Batista, pelo incentivo, compreensão e apoio durante a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu força para a realização deste trabalho.

Aos meus pais Francisco Batista Dantas e Maria Aparecida S. Batista, pelos ensinamentos no decorrer de minha vida.

Aos meus irmãos Brunna Karla e Breno Erick, pelo apoio e compreensão.

A minha namorada Dayane Sousa que sempre me incentivou na realização desse trabalho.

Aos professores, pela dedicação e empenho de suas atividades no decorrer desses anos no curso.

E aos meus amigos pela força, companheirismo e apoio nas horas mais difíceis no decorrer do trabalho.

"Só sei que nada sei, e o fato de saber isso, me coloca em vantagem sobre aqueles que acham que sabem alguma coisa."

(Sócrates)

RESUMO

Com o crescimento da atividade automotiva e o aumento da concorrência, muitas empresas, em busca de se manterem no mercado e de superar os concorrentes, procuraram alternativas de aprimoramento de suas práticas de gestão. Com isso, surgiu a necessidade de um sistema de controle interno eficiente que, além de proteger os ativos, tem a competência de fornecer informações confiáveis e relevantes ajudando os gestores em suas práticas de decisões. O presente trabalho tem por objetivo principal verificar como as empresas revendedoras de veículos situadas na cidade de Cajazeiras/PB utilizam o controle interno como ferramenta de gestão, de modo a melhorar o seu gerenciamento. A pesquisa se justifica pela importância atual dos controles internos, servindo como ferramentas gerenciais como fator essencial para a sobrevivência e competitividade das empresas. Caracterizada como uma pesquisa descritiva e exploratória, a mesma foi realizada por meio de um estudo amostral, com abordagem qualitativa e quantitativa. O universo da pesquisa contemplou 22 revendedoras de veículos da cidade de Cajazeiras/PB, tendo como amostra 14 questionários respondidos. A coleta de dados se deu no mês de setembro de 2010, com a utilização de um questionário, que foram respondidas por proprietários, contadores e administradores. As respostas foram tabuladas em planilhas eletrônicas, fazendo uso do software Statistical Package for Social Sciences (SPSS), para análise dos dados. Por meio de estatística descritiva, utilizando-se de médias para interferências e associação de resultados, os dados foram trabalhados permitindo extrair considerações a respeito do estudo. Os resultados permitiram concluir que na percepção dos respondentes, existem procedimentos de controle eficientes, avaliados com base no modelo COSO. O estudo permitiu identificar que a maioria das empresas utiliza os controles como ferramentas de gestão e que algumas tinham necessidade de melhoria nos controles de gestão.

Palavras - chave: práticas de gestão, controle interno, ferramentas.

ABSTRACT

With the growth of automotive activity and increased competition, many companies, seeking to remain on the market and beat the competition, have sought alternatives for improving their management practices. With that came the need for an efficient internal control system which, besides protecting the assets, has the competence to provide reliable and relevant information to help managers in their practice decisions. This study aims to determine how companies main vehicle dealerships located in the city of Cajazeiras / PB using the internal control as a management tool in order to improve its management. The research is justified by the current importance of internal controls, serving as management tools as an essential factor for survival and competitiveness. Characterized as a descriptive and exploratory, it was accomplished through a sample study, both qualitative and quantitative. The research included 22 dealerships in city vehicles Cajazeiras / CP, and a sample of 14 questionnaires. Data collection occurred in September 2010, using a questionnaire, which was answered by owners, accountants and administrators. The responses were tabulated on spreadsheets, using the Statistical Package for Social Sciences (SPSS) to analyze the data. Through descriptive statistics, using the means for interference and association results, the data were studied in order to extract considerations regarding the study. The results showed that the perception of respondents, there are procedures for effective control, evaluated based on the COSO model. The study identified that most companies use the controls as management tools and that some were in need of improvement in management controls.

Key - words: management practices, internal control tools.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Diagrama do Esquema PECI.....	22
--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cargo.....	48
Tabela 2: Tempo de Experiência.....	49
Tabela 3: Grau de Instrução.....	49
Tabela 4: Natureza Jurídica.....	50
Tabela 5: Regime de Tributação.....	50
Tabela 6: Tempo de Atividades.....	50
Tabela 7: Número de Funcionários.....	51
Tabela 8: Comunicação do Controle Interno.....	52
Tabela 9: Treinamento e conscientização.....	53
Tabela 10: Ênfase da Administração.....	54
Tabela 11: Compromisso da Administração.....	54
Tabela 12: Compromisso de todos.....	55
Tabela 13: Funções segregadas.....	56
Tabela 14: Setor fiscal.....	56
Tabela 15: Reuniões internas.....	57
Tabela 16: Obrigações acessórias.....	57
Tabela 17: Monitoramento.....	58
Tabela 18: Revisão.....	59
Tabela 19: Monitoração por parte dos gestores.....	59
Tabela 20: Auditoria interna.....	60
Tabela 21: Fraudes e desvios.....	61
Tabela 22: Normas internas.....	62
Tabela 23: Ambiente de controle.....	62
Tabela 24: Ambiente harmônico.....	63
Tabela 25: Relevância e confiabilidade.....	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Tema e Problemática.....	14
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo geral.....	15
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
1.3 Justificativa.....	15
1.4 Procedimentos Metodológicos.....	17
1.4.1 Pesquisa quanto à abordagem do problema.....	18
1.4.1.1 Pesquisa qualitativa.....	18
1.4.1.2 Pesquisa quantitativa.....	18
1.4.2 Pesquisa quanto aos objetivos.....	19
1.4.2.1 Pesquisa descritiva.....	19
1.4.2.2 Pesquisa exploratória.....	19
1.4.3 Pesquisa quanto aos procedimentos.....	20
1.4.3.1 Pesquisa bibliográfica.....	20
1.4.3.2 Pesquisa de campo.....	21
1.4.4 Universo da pesquisa.....	21
1.4.5 Procedimentos de coleta de dados.....	22
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	24
2.1 Auditoria.....	24
2.1.1 Origem da auditoria.....	24
2.1.2 Evolução da auditoria no Brasil.....	25
2.1.3 Conceito e Definições.....	26
2.2 Classificação da auditoria.....	27
2.3 Auditoria Externa ou Independente.....	27
2.3.1 Conceito.....	27
2.3.2 Objetivo.....	28
2.3.3 Objeto.....	29
2.4 Auditoria interna.....	29

2.4.1 Origem.....	29
2.4.2 Conceito e objetivo.....	30
2.4.3 Responsabilidade.....	31
2.5 Controle interno.....	31
2.5.1 Conceito.....	31
2.5.2. Objetivos.....	32
2.5.3 Importância do controle interno nas empresas.....	33
2.5.4 Procedimentos de controle.....	34
2.5.4.1 Responsabilidade.....	34
2.5.4.2 Rotinas internas.....	35
2.5.4.3 Divisões de tarefas.....	35
2.5.4.4 Segregações de funções.....	36
2.5.4.5 Amarrações do sistema.....	36
2.5.4.6 Programas de treinamento e conscientização.....	37
2.5.5 Avaliação do Sistema de Controle Interno.....	37
2.5.6 Modelo COSO.....	38
2.5.6.1 Ambiente de controle.....	39
2.5.6.2 Avaliações do Risco.....	40
2.5.6.3 Atividades de Controle.....	41
2.5.6.4 Informação e Comunicação.....	41
2.5.6.5 Monitoramento.....	42
2.6 Limitações do controle interno.....	43
2.7 Controle Interno e os sistemas de processamento eletrônico de dados.....	44
2.8 Precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais.....	45
2.9 Controle interno e o processo de gestão.....	46
3..ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	48
3.1 Caracterizações do Representante da Empresa.....	48
3.2 Caracterização da Empresa.....	49
3.3 Aspectos Operacionais na Empresa.....	51
3.3.1 Ambiente de Controle.....	51
3.3.2 Procedimentos de Controle e Aprimoramento.....	55
3.3.3 Sistemas de Informação e Comunicação.....	61

4..CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES..... 65

REFERÊNCIAS

APÊNDICE

ANEXOS

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização e as mudanças na instabilidade tanto econômica quanto financeira, fez com que várias empresas preocupadas em se manter no mercado e de superar as concorrentes, procurassem melhores práticas de administrar seus negócios, surgindo assim à necessidade de encontrar meios que dessem subsídios aos gestores em suas tomadas de decisões.

De acordo com Inácio et al (2006), abertura de mercados tem acarretado incertezas no mundo empresarial tanto no ambiente externo, quanto interno, acrescentando assim a necessidade da adoção de melhores práticas de gestão. Inclusive nas do setor de vendas de veículos que estão se adequando à evolução da atividade econômica automotiva, com o constante crescimento desta atividade e o aumento gradual da concorrência, a intensificação da busca de competitividade, qualidade e redução de custos.

Com o aumento da concorrência das atividades automotivas, houve uma intensificação da competitividade em busca da qualidade e redução de custos. Com isso, surge a necessidade de um sistema de controle interno eficiente que, além de proteger os ativos, poderão fornecer informações importantes e confiáveis para os gestores nas suas decisões. Com base em Almeida (2008, p.63), o sistema de controle interno tem o objetivo de proteger os ativos, diminuir fraudes e erros. Desse modo, poderão produzir dados contábeis confiáveis, auxiliando os gestores nas suas tomadas de decisões.

Para Attie (1998, p.113), é impossível imaginar uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de suas operações e informações propostas. Portanto toda empresa possui um sistema de controle interno, mas a diferença fundamental é que estes podem estar adequados ou não ao exercício de suas atividades.

O objetivo principal dessa pesquisa consiste em verificar se as empresas revendedoras de veículos, situados na cidade de Cajazeiras – PB utilizam o sistema de controle interno e se usam quais são os benefícios gerados pelo sistema, as medidas utilizadas e os históricos de fraudes ou furtos dentro das empresas.

Com base no jornal Gazeta do Alto Piranhas e no IBGE (2005), em sua edição de 27 de maio a 02 de junho, as empresas de veículos crescem a cada ano na cidade de Cajazeiras - PB, com relação a esses aspectos, é necessário investigar o controle utilizado pela empresa, através de temáticas e idéias de autores nessa abordagem.

Essa análise de estudo servirá para identificar quais empresas utilizam o controle interno de modo adequado com suas atividades exercidas, além do mais poderá contribuir para um melhor controle e gerenciamento das empresas analisadas.

1.1 Tema e Problemática

O trabalho será conduzido no sentido de identificar as empresas revendedoras de veículos que fazem ou não o uso de sistema de controle interno como ferramenta de gestão.

Com base em Trisciuzzi apud Rezende e Favero (2007, p.1):

Relatam que há uma urgente necessidade de um maior controle interno dentro das organizações, a fim de salvaguardar os interesses da empresa, a confiabilidade nos relatórios contábeis, financeiros e operacionais dentro dos procedimentos estabelecidos pela empresa.

O controle interno é necessário dentro das empresas, pois além de proteger os interesses da empresa, vão contribuir para a geração de relatórios contábeis e financeiros mais relevantes e confiáveis.

Um ambiente com controles internos inadequados contribui de maneira substancial para a existência de fraudes e essas aumentam os riscos organizacionais. Várias agências internacionais têm apontado os controles internos como um meio imperativo para a melhora da confiabilidade dos indicadores financeiros. (IMONIANA e NOHARA, 2004, p.1).

Em uma empresa que não utiliza controle interno ou utilizam de forma inadequada a suas atividades fazem com que aumentem o risco de fraudes e os dados gerados não serão confiáveis e provavelmente não utilizados como tomadas de decisões. Com isso, a uma grande necessidade da implantação de controles com o objetivo de proteger os ativos e fornecer dados mais confiáveis nas suas tomadas de decisões.

Diante dessas considerações, este trabalho responderá a seguinte pergunta chave: **Como as empresas revendedoras de veículos da cidade de Cajazeiras/PB utilizam o controle interno como ferramenta de gestão?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Verificar como as empresas revendedoras de veículos da cidade de Cajazeiras – PB utilizam o controle interno como ferramenta de gestão.

1.2.2 Objetivos específicos

- Verificar o conhecimento dos gestores a cerca dos benefícios de um sistema de controle interno;
- Identificar medidas de controle interno utilizadas pelos gestores nas empresas;
- Investigar históricos de furtos ou fraudes nessas empresas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Em pesquisas realizadas pelo IBGE (2005), Cajazeiras é a cidade que, mais cresce na Paraíba em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Esse exposto é justificado conforme publicação do jornal Correio da Paraíba, de 3 de Abril de 2005, que pontua: " IBGE revela que Cajazeiras é a cidade que mais cresce na Paraíba. E o jornal Gazeta do Alto Piranhas, em sua edição de 27 de maio a 02 de junho, publica matéria intitulada " Empresa de Cajazeiras ficam entre as 100 maiores contribuintes de ICMS. Obtendo primeiro lugar a empresa Cavalcanti e Primo no ramo de revendedores de automóveis, existindo ainda, as revendedoras da Volkswagen, Fiat e Chevrolet e diversas empresas de automóveis usados.

Com o crescimento do ramo automobilístico e a facilidade hoje em dia de possuir créditos para a compra de um automóvel, esse se tornou um mercado competitivo, possuindo em Cajazeiras, de acordo com a Coletoria Municipal, 22 empresas revendedoras de veículos novos e usados.

Na atualidade, as empresas necessitam de um controle interno, não só com um intuito de diminuir erros e fraudes, mas de produzir dados confiáveis aos gestores, ajudando na melhoria da empresa.

De acordo com Coqueiro (2008), a falta de controle interno dentro de uma organização prejudica o desempenho da empresa, causando impactos negativos tanto a aspectos de lucratividade quanto imagem da organização.

Portanto, cabe ao administrador da empresa programar um controle interno forte que assegure que a empresa tenha um desempenho satisfatório, tanto na organização quanto na lucratividade.

O controle interno é importante dentro de uma organização, na medida em que conseguem um melhor gerenciamento de seus fluxos operacionais, através de procedimentos, métodos de controle de acordo com suas atividades exercidas.

Com base em Jacques apud Chiavenato (2003), cada organização necessita de um sistema de controle interno para monitorar seus recursos financeiros, desenvolver relações de trabalho, analisar seu desempenho e avaliar a produtividade operacional.

Diante do exposto, surge o questionamento de como é o controle interno dessas empresas, pois de acordo com Schimidt, Santos e Arima (2006), o controle interno representa um conjunto de controles interligados de maneira lógica, abrangendo todas as suas funções administrativas, englobando o planejamento, execução e controle.

A pesquisa se justifica pela importância atual dos controles internos, servindo como ferramentas gerenciais como fator essencial para a sobrevivência e competitividade das empresas.

Frente a essa realidade, esse estudo busca verificar se as empresas revendedoras de veículos da cidade de Cajazeiras/PB utilizam os procedimentos de controle interno de modo a melhorar o seu gerenciamento.

Essa pesquisa pretende contribuir para as empresas de revendedoras de veículos, de forma a melhorar os sistemas de controle interno e gerenciamento, bem como servir de referencial para outros estudos.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Serra Negra (2004, p. 224-225), metodologia é o estudo, da análise e descrição de qualquer método científico.

A metodologia deverá ser empregada de acordo com o problema da pesquisa, com isso haverá algumas variações de métodos. Para Silva (2003, p.59), o pesquisador necessita enquadrar os métodos e técnicas da forma mais hábil, segura e perfeita para a realização de sua pesquisa.

Este item aborda os aspectos metodológicos relacionados ao desenvolvimento da pesquisa acerca-se dos métodos e técnicas utilizadas para viabilizar a investigação de como está sendo aplicado o conceito de controle interno dentro das revendedoras de veículos na cidade de Cajazeiras - PB. Com base em Severino (2000, p.162) entende-se por métodos, os procedimentos mais amplos de raciocínio, enquanto técnicas são restritas, pois operacionalizam os métodos mediante instrumentos apropriados.

Segundo Lopes (2006, p.180), a investigação científica pode ser realizada de diversas formas e etapas, com o propósito de atingir um determinado objetivo, sendo organizada, prática, segura e verdadeira.

Para Lakatos (2001 p. 43), a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

A presente pesquisa utilizou o método indutivo, pois foi baseado na análise dos dados coletados por questionários direcionados aos representantes das empresas revendedoras de veículos da cidade de Cajazeiras/PB, na qual é o principal foco da pesquisa em busca de atingir uma realidade, através da indução dos dados estatísticos.

1.4.1 Pesquisa quanto à abordagem do problema

1.4.1.1 Pesquisa Qualitativa

Segundo Bauren (2006, p.92), a pesquisa qualitativa e o caminho a ser seguido, pois visam à construção de análises mais profundas em relação ao objeto que está em julgamento.

Com base em Souza, Fialho e Otani (2007, p. 39 e 40) comentam que “a interação dos fenômenos e a atribuição de significados são procedimentos básicos no processo de pesquisa qualitativa.”

Diante do exposto a pesquisa em análise trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois às análises serão mais aprofundadas nos objetivos que estão sendo avaliados. Utilizando-se conclusões a partir de observações.

1.4.1.2 Pesquisa Quantitativa

A pesquisa realizada tem abordagem quantitativa, pois serão utilizados métodos estatísticos a partir dos dados obtidos. De acordo com Beuren (2006, p.92), caracteriza-se pelo fato de usar procedimentos estatísticos, na coleta e tratamento de dados.

Essa pesquisa se preocupou com a realidade das empresas de revendedoras de veículos em geral na cidade de Cajazeiras – PB, através dos dados obtidos, foram feitas análises e interpretações, com o propósito de garantir a maior exatidão dos fenômenos que ocorrem nas empresas.

1.4.2 Pesquisa quanto aos objetivos

1.4.2.1 Pesquisa Descritiva

O estudo utilizará da pesquisa Descritiva, pois objetiva exibir características da autêntica aplicação do sistema de controle interno nas revendedoras de veículos na cidade de Cajazeiras – PB.

De acordo com Prestes (2002, p.26):

Na pesquisa descritiva, se observam, registram, analisam, classificam e interpretam os fatos, em que o pesquisador lhes faça qualquer interferência. Assim, o pesquisador estuda os fenômenos do mundo físico e humano, mas não os manipula.

Segundo Lopes (2006, p.217), é o estudo de uma população limitada, descrevendo suas características, estabelecendo variáveis a partir de seus objetivos, servindo para proporcionar uma nova visão do problema.

Portanto, observa-se que o estudo introduzir-se na pesquisa descritiva, pois capturam as informações, transforma-as em novas variáveis, reprocessa através da análise e transforma novamente em informações, não realizando influência nas informações originais.

1.4.2.2 Pesquisa Exploratória

Conforme Lopes (2006, p.226), na realização de pesquisa exploratória deste tipo de pesquisa utiliza-se pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas que não sejam padronizadas e estudos de caso, querendo obter uma visão geral do assunto em estudo,

devendo ser utilizada quando a matéria não é muito explorada e deseja estudar para estudos futuros.

Com base em Gil (1999, p.43), essas pesquisas têm como foco principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, pensando na formulação de problemas mais valiosos para estudos posteriores.

Conforme os expostos, esse estudo trata de uma pesquisa exploratória, pois o tema em questão é pouco explorado e foi preciso analisar alguns fatos para estudo. Também foi utilizado uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso, onde a torna exploratória.

1.4.3 Pesquisa quanto aos procedimentos

1.4.3.1 Pesquisa bibliográfica

Será realizada nesse trabalho, uma pesquisa bibliográfica, que segundo Andrade (1999), abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos etc. Trata-se de uma leitura atenta e sistemática que se faz acompanhar de anotações e fichamentos que, eventualmente, poderão servir à fundamentação teórica do estudo com objetivo de conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema.

Com base em Lopes (2006, p.212), pesquisa bibliográfica é realizada através de artigos, livros, periódicos, a procura de respostas para questões elaboradas anteriormente, utilizando-se de métodos científicos. Fazendo do pesquisador um profundo conhecedor do assunto.

O projeto em análise será feito com base em livros, artigos com o propósito de conhecer profundamente a abordagem, permitindo identificar se as empresas revendedoras estão utilizando o sistema de controle interno. Essa identificação ocorrerá com base em interpretações e análises de estudiosos nesse assunto.

1.4.3.2 Pesquisa de Campo

Pesquisa de campo para Lakatos (2001, p.43) corresponde ao levantamento de dados no próprio local que os fenômenos ocorrem. Esses dados serão coletados através de questionários, aos responsáveis no gerenciamento das empresas.

Essa pesquisa segundo Prestes (2002, p.27) é desenvolvida principalmente nas ciências sociais, aonde o pesquisador através de questionários, entrevistas, protocolos verbais, observações e etc., coleta seus dados, investigando os pesquisados no seu meio.

A pesquisa será enquadrada como pesquisa de campo, pois o levantamento dos dados, foi feito no próprio local que acontece a pesquisa.

1.4.4 Universo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com base em uma pesquisa por amostragem do tipo por acessibilidade ou conveniência que de acordo com Beuren apud Gil(1999) esse tipo de amostragem o pesquisador apenas obtém os elementos a que tem maior facilidade de acesso.

Para tanto buscou - se as informações necessárias junto aos representantes das empresas revendedoras de veículos situados na cidade de Cajazeiras/PB. De acordo com a Coletoria Municipal da cidade de Cajazeiras/PB, encontram-se, em atividade 22 empresas de revendedoras de veículos registradas.

1.4.5 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi feita por meio de questionário, onde de acordo Lopes (2006, p.241), o questionário elaborado e utilizado em pesquisa de campo, servindo como apoio ao pesquisador em sua coleta de dados. Deve se claro, objetivo e fácil interpretação para o pesquisado.

“o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” Lakatos (2001, p.201),

O questionário em questão foi feito com base no modelo do COSO, recomendado pelo modelo de Imoniana, Noyara (2004), conforme uma escala que formam a base para o controle interno conforme abaixo:

Ambiente de Controle	Procedimentos de Controle e Monitoramento	Sistema de Informação e Comunicação
1. Conscientização de todos os envolvidos	1. Monitoramento dos controles	1. Divulgação das Normas
2. Ênfase dada pela administração	2. Segregação das funções	2. Fluxos de informação
3. Divisão de responsabilidade	3. Alçadas	3. Sistemas internos de comunicação
4. Compromisso de todos com controle	4. Autorizações	4. Informações sobre o plano de controle
5. Enfoque da direção à organização	5. Conciliação	5. Informações sobre o ambiente de controle
6. Compromisso da administração com o controle	6. Revisão de desempenho	6. Informações sobre risco
-	7. Salvaguarda física	7. Identificação das informações
-	8. Normatização	8. Relevância e conformidade das informações

Quadro 1 – Diagrama do Esquema PECEI –
Fonte: Imoniana, Noyara (2004)

O questionário elaborado foi composto de 3 partes, onde a 1º parte trata da Caracterização do Representante da Empresa, a 2º parte representa a Caracterização da Empresa e a 3º parte compreende os aspectos operacionais na empresa, que se dividem em: Ambiente de Controle, Procedimentos de Controle e Aprimoramento e Sistemas de Informação e Comunicação, totalizando um total de 30 questões de fácil interpretação e de maneira bastante objetiva e clara.

Os questionários foram distribuídos a essa população, tendo início no dia 20 de Setembro de 2010, concluindo a coleta de dados no dia 01 de Outubro de 2010, tendo – se obtido uma taxa de resposta de 63%, estabelecendo um total de 14 questionários respondidos.

As empresas que não responderam os questionários cerca de 37%, estabelecendo um total de 8(oito) empresas, provavelmente por motivos de medo e desconfiança de mostrar os dados da empresa e por motivos de não conhecer o assunto abordado.

1.4.6 Tratamento de dados

Os questionários foram destinados aos representantes das empresas de revendedoras de veículos da cidade de Cajazeiras/PB respondidos pelos proprietários, contadores e administradores, cujas respostas obtidas, foram tabuladas em planilhas eletrônicas, estaticamente por meio da utilização do software Statistical Package for Social Sciences (SPSS). No qual foram analisadas descritivamente, utilizando-se de médias para interferências e associação de resultados, os dados foram trabalhados permitindo extrair considerações a respeito do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O controle interno, na visão dos estudiosos é uma ferramenta de gestão fundamental para o desempenho das empresas e utilizadas com eficiência e eficácia, de acordo com suas atividades operacionais, são capazes de gerar informações confiáveis e relevantes ajudando os gestores nos processos decisórios. Com a finalidade de esclarecer os procedimentos utilizados para garantir a efetividade dos controles internos como ferramentas de gestão, são apresentadas a seguir conceitos, idéias, posicionamentos de autores já publicados com cerca do assunto em questão.

2.1 Auditoria

2.1.1 Origem da Auditoria

A Auditoria teve origem a partir da globalização, da competitividade das empresas, pois a partir disso, surgiu a necessidade de investimentos e muitas empresas não tendo capital de giro disponível, sentiram a necessidade de captar recursos de terceiros. Segundo Almeida (2008, p25), a auditoria externa ou independente surgiu da evolução do sistema capitalista. As empresas antigamente tinham caráter familiar e eram fechadas, mais com a expansão do mercado e a forte concorrência, houve a necessidade de expandirem suas instalações, investir nos desenvolvimentos tecnológicos e aprimorar os controles e procedimentos internos, visando à redução de custos.

Auditoria independente surgiu da necessidade tanto por parte dos investidores quanto das investidas, pois com o aumento da competitividade muitas empresas sentiram necessidade de ampliar seus negócios e para isso era necessário recurso de terceiros. Como os investidores só investiam se as empresas mostrassem confiabilidade, lucratividade, cuja melhor maneira para obter essas informações era por meio das demonstrações contábeis da empresa, como eram elaborados pela própria organização, havia uma possibilidade de manipulação das informações, com o intuito de não precipitar em informações errôneas, os investidores exigiram que essas informações fossem examinadas por uma pessoa

independente da empresa, que avaliasse e emitisse opinião sobre a análise. Segundo ATTIE (1988, p.27):

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas.

Para Almeida (2008, p.25 -26), as empresas para expandirem seus negócios captavam recursos de terceiros, mediante empréstimos bancários de longos prazos e abrindo seu capital social para novos acionistas. Esses investidores precisavam conhecer a posição patrimonial e financeira, a capacidade de gerar lucros, onde a melhor maneira para obter essas informações era por meio das demonstrações contábeis da empresa, como essa informação poderiam ser manipulados os futuros investidores passaram a exigir que as demonstrações fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de grande capacidade técnica, que examina e emite opinião sobre estas, foi o início do surgimento do auditor externo ou independente.

2.1.2 Evolução da auditoria no Brasil

A auditoria teve uma evolução significativa no Brasil, a partir da entrada de empresas internacionais de auditoria independente ou externa que tinham caráter de serem auditadas no exterior. Como precisavam mostrar os investimentos que possuíam muitas empresas com a necessidade, de fiscalizar, verificar, trouxeram um conjunto de técnicas de auditoria no Brasil, com a finalidade de saber se as informações relatadas eram semelhantes à situação real da empresa.

Conforme o exposto alguns autores explicam a evolução da auditoria no Brasil, onde de acordo com ATTIE (1998, p 29), explica que:

A evolução da auditoria no Brasil está primariamente relacionada com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez

que investimentos também internacionais foram aqui implantados e compulsoriamente tiveram de ter suas demonstrações financeiras auditadas.

Pra Almeida (2008, p.28), instalaram no Brasil diversas empresas com associações internacionais de auditoria externa. Com a necessidade de os investimentos no exterior serem auditados, essas empresas praticamente iniciaram a auditoria no Brasil e trouxeram todo um conjunto de técnicas de auditoria, que posteriormente foram aperfeiçoadas.

2.1.3 Conceito e Definições

De acordo com Crepaldi (2004, p.23), auditoria é o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.

Auditoria consiste na análise e verificação de todos os processos (documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas) feitos na empresa, com o propósito de avaliar se as informações apresentadas estão de acordo com a situação real da empresa, cuja conclusão dessa análise será feita através de opiniões, críticas sobre os processos analisados.

Para um melhor entendimento SÁ (2002, p 25), conceitua:

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

2.2 Classificação da auditoria

A auditoria como várias ciências têm muitos ramos e segmentos mais será utilizado nesse estudo em duas classes fundamentais a Auditoria Externa e Interna.

Segundo Sá (2002, p.41), podemos classificar a auditoria em duas classes fundamentais, quanto á forma de intervenção: Auditoria Externa ou Independente e Auditoria interna.

2.3 Auditoria Externa ou Independente

2.3.1 Conceito

A Auditoria Externa é executada por um conjunto de normas e procedimentos técnicos, que visam verificar se as demonstrações contábeis das empresas informadas representam verdadeiramente a posição patrimonial informada, após a análise o auditor irá emitir um parecer de avaliação e conclusão em relação a veracidade das informações e a aplicação das normas brasileiras de contabilidade.

De acordo com Crepaldi (2004, p.48), auditoria externa:

Constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio Líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada consoante as normas brasileiras de contabilidade.

De acordo com Attie (1998, p.25), a auditoria independente visa às informações contidas nas demonstrações contábeis, ou seja, a uma maior verificação sobre esses dados, assim é evidente que todos os itens, métodos, procedimentos e formas que as englobam também serão examinadas.

Essa Auditoria Externa é feita por um profissional liberal, independente, que não tenha nenhum vínculo com a empresa auditada, que na maioria das vezes são contratados por terceiros com o propósito de investigar se a situação informada na demonstração contábil é condizente com a situação real da empresa, e após a verificação mandar uma parecer-opinião.

2.3.2 Objetivo

O principal objetivo da auditoria externa consiste em fazer um parecer de opinião sobre a veracidade das demonstrações financeiras examinadas, que para Almeida (2008, p.30), busca atingir esse objetivo é necessário um planejamento adequado, avaliar o sistema de controle interno relacionado com a parte contábil e proceder à revisão analítica das contas do ativo, passivo, despesa e receitas, com o propósito de estabelecer natureza, data e extensão dos procedimentos auditados, colher as evidências que comprovam as informações das demonstrações e avaliar a veracidade dessas evidências.

Para reforçar o exposto citado Crepaldi, (2004, p 23), explica que:

O objetivo do exame das demonstrações financeiras é expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas e assegurar que elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos períodos fundamentais de contabilidade, aplicados com uniformidade durante os períodos.

De acordo com as citações o principal objetivo da auditoria externa é analisar as demonstrações contábeis, pois a partir dessas informações iram emitir um parecer de opinião sobre a empresa analisada.

2.3.3 Objeto

Segundo Crepaldi (2004, p.24a), a auditoria pode usar como objeto fatos não registrados documentalmente, mais que estejam relatados por pessoas do administrativo, e cuja, suas informações mereçam confiança, pela segurança de sua evidência ou por indícios convenientes. Pode-se também usar como objeto as informações de terceiros, como confirmação de pagamentos, de contas pendentes, e principalmente de Bancos, para confirmar o saldo bancário. Essas informações externas são consideradas de maior credibilidade, pois não possuem nenhum vínculo com a empresa e não necessitam de passar informações falsas.

Para Crepaldi (2004, p.24b), objeto é:

Conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrativo, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais.

Diante disso objeto de estudo são todos os elementos de controle administrativo, ele está dizendo que a auditoria ela compreende todos os itens que forma o patrimônio da empresa, desde registros de entradas, saídas, documentos, anotações e etc. Esses elementos são meios de comprovação da veracidade das informações que a administração informa através de demonstrações contábeis.

2.4 Auditoria Interna

2.4.1 Origem

Conforme Almeida (2008, p.29), a Auditoria Interna teve origem com a competitividade, a expansão dos negócios, muitas empresas necessitavam adotar procedimentos, normas

internas, para um melhor gerenciamento e tomada de decisões. Como os administradores das empresas não poderiam fiscalizar todas as atividades, surgiram à necessidade de adotar um setor encarregado para verificação desses procedimentos, normas utilizadas, ou seja, fiscalizar se os objetivos traçados para determinados setores estavam sendo alcançadas. Para satisfazer a necessidade das empresas, surgiu o auditor interno, possuindo um campo mais amplo passando a visar à contabilidade, sistema de controle de qualidade, administração pessoal, etc.

Com base nisso, o auditor interno surgiu através da ramificação do auditor externo, que fazia um estudo de verificação na empresa voltada apenas para as informações das demonstrações contábeis. As empresas notando essas deficiências, devido a um campo bastante restrito dos auditores independentes, surgiram assim à necessidade de um setor dentro de um campo mais amplo e para a empresa com a finalidade de maior verificação do sistema de controle interno na empresa, nascendo assim o auditor interno.

2.4.2 Conceito e Objetivo

O Auditor Interno é um empregado dentro da empresa, que utiliza um conjunto de normas e procedimentos técnicos cujos principais objetivos para Almeida (2008, p.29), consiste em verificar se as normas internas imposta pela empresa estão sendo, seguidas de acordo com o planejado, verificando se a necessidade de aprimorar essas normas ou implantar novas e efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e operacionais.

Sendo breve nesse quesito, o conceito e objetivo andam praticamente juntos, pois auditor interno representa normas, procedimentos, que devem ser seguidas, para fiscalizar o alcance, eficácia e fidedignidade dos sistemas de controles internos dentro das organizações.

Para uma melhor fundamentação Crepaldi (2004, p 41) classificam como: "Conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade."

2.4.3 Responsabilidades

A auditoria deve verificar e avaliar o controle das atividades dentro das empresas, mais não possui responsabilidades e nem autoridade sobre as atividades que avaliam, com isso, o trabalho do auditor não elimina a autonomia e responsabilidade dos cargos que as pessoas ocupam, ou seja, não serão responsabilizados pelo erro de outros.

Para um melhor análise desse exposto, Crepaldi (2004, p.42):

As responsabilidades do auditor interno devem ser: Informar e assessorar a administração e desincumbir-se das responsabilidades de maneira condizente com o Código de Ética do Instituto dos Auditores Internos e Coordenar suas atividades com a de outros, de modo a atingir com mais facilidade os objetivos da auditoria em benefício das atividades da empresa

2.5 Controle Interno

2.5.1 Conceito

A Resolução nº 820/97, trata no item 11.2.5.1 - As Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, que:

O sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficácia operacional.

De acordo com Attie (1998, p.111), o controle interno abrange o plano de organização, métodos e medidas, adotadas pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promoverem a eficiência operacional e auxiliar na administração em suas tomadas de decisões.

Com base nesses conceitos, controle interno é um meio utilizado dentro das organizações através de procedimentos e métodos tanto no ponto de vista de proteger os ativos, como de estruturação das empresas, analisado a veracidade dos dados contábeis, auxiliando os gestores em seus processos decisórios.

2.5.2 Objetivos

Segundo Attie (1998, p.117), o controle interno tem quatro objetivos básicos, que são: salvaguarda dos interesses da empresa, onde se refere a proteção do patrimônio da empresa contra perdas e riscos devidos a erros ou irregularidades, a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais, ou seja, e necessário um forte sistema de controle interno para geração de informações confiáveis, o estímulo à eficiência operacional: todos devam saber sua tarefas, de forma a obter entendimento, aplicação e ação e aderência às políticas existentes.

De acordo com Almeida (2008, p.63), o controle interno tem como objetivo proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis, através de meios de conferência, aprovação e autorização, segregação de funções, controles físicos sobre ativos e auditoria interna, esses procedimentos são chamados de controles contábeis, e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa, através de análises estatísticas de lucratividade por linhas de produtos, controle de qualidade, análise das variações entre os valores orçados e os incorridos, cujo esses procedimentos são chamados de controles administrativos.

Com base nisso, controle interno tem como finalidade proteger os ativos, fornecer dados corretos, confiáveis a contabilidade, fazer com que os setores das empresas sejam eficientes de tal forma a evitar erros e desperdícios. Caracterizando como principal objetivo o de ajudar a administração a tomar as melhores decisões para a empresa, pois irão passar aos gestores, um relatório do que se passa na empresa, com todos dados confiáveis de cada setor, onde nesses relatórios os gestores podem saber qual o setor que mais obteve desperdício, o que mais foi viável para a empresa e etc.

2.5.3 A Importância do controle interno nas empresas

Segundo Crepaldi (2004, p.249), o controle interno dentro da empresa é importante a partir do momento que pode garantir a continuidade do fluxo operacional. Nesse contexto, os resultados gerados por esses fluxos assumem importância para os gestores, pois servem como auxílio nas suas tomadas de decisões. Também frisa que toda empresa possui controle interno, sendo que algumas são adequadas e em outras não.

Como mencionado a utilização do controle interno dentro da empresa é essencial, pois gera informações contábeis confiáveis e seguras. Com isso, as empresas que almejam o crescimento, a continuidade do sucesso operacional, apresentarão dados contábeis confiáveis, fidedignas, pois informações erradas podem conduzir aos gestores a tomar decisões, conclusões danosas aos seus interesses.

Nesse sentido ATTIE, (1998, p.112), considera que:

A importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto.

Diante do exposto o controle interno torna-se importante para as empresas a partir do momento que não conseguem garantir a continuidade dos seus fluxos operacionais, pois não possuem dados fidedignos e confiáveis, para tomar as decisões corretas.

O controle interno é uma ferramenta essencial dentro de uma organização, pois possibilita que todos os setores produzam de forma efetiva suas operações, disponibilizando informações seguras e verdadeiras, auxiliando os gestores em suas tomadas de decisões.

2.5.4 Procedimentos de Controle

Para a efetividade e eficiência de um controle interno é importante que as empresas realizem alguns procedimentos essenciais, independentes de seus tamanhos ou atividades que desenvolvam.

Com base em Almeida (2008, p.64) atribui à responsabilidade da implantação e verificação dos procedimentos de controle interno as empresas, onde esse tipo de verificação, e se os funcionários estão seguindo o sistema, e qualquer erro, irá adaptar às novas circunstâncias. Tendo como os principais procedimentos: responsabilidade, rotinas internas, divisões de tarefas, segregação de funções, amarrações do sistema.

2.5.4.1 Responsabilidade

Os funcionários possuem suas funções definidas, incluindo a sua responsabilidade, escrita em manuais internos da empresa, assegurando que todas as funções estabelecidas sejam cumpridas e apurar responsabilidades por omissões na realização de transações da empresa.

Nesse sentido ALMEIDA (2008, p 64), determina que: "As atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização."

De acordo com Attie (1998, p.118), cada funcionário tem que ter um conhecimento exato de suas funções, incluindo as responsabilidades que compõem o cargo. Existem organogramas claros que determinam linhas de responsabilidades e autoridades definidas por toda linha hierárquica.

Com base nesse exposto todos os funcionários devem saber sua função exata, sendo atribuídas responsabilidades por eventuais omissões ou erros. Essas funções devem ser determinadas de maneira clara e de fácil acesso.

2.5.4.2 Rotinas Internas

De acordo com Crepaldi (2004, p.251) e Almeida (2008, p.65), a empresa deve definir no seu manual interno, todas suas rotinas no âmbito da empresa compreendendo: formulários internos e externos da empresa, instruções para o preenchimento e destinações dos formulários internos e externos, evidências das execuções dos procedimentos internos de controle, procedimentos internos dos diversos setores da empresa.

Com a realização desse procedimento fará com que os integrantes saibam quais são os procedimentos adotados pelas empresas e consultem em casos de dúvidas ou de casos novos como realizar o método correto.

2.5.4.3 Divisões de Tarefas

Segundo Almeida (2008, p.63 - 64), os funcionários deveriam ter funções definidas e limitadas dentro da empresa, de preferência escritos dentro de manuais internos de organização, cujo principal objetivo dessas definições e limitações é um maior controle dentro da empresa, assegurando que todos os procedimentos irão ser executados, detectar erros e irregularidades com mais precisão, limitando o número de funcionários em cada setor, atribuindo e apurar responsabilidades para cada setor, ficando mais fácil para apurar as responsabilidades em caso de erros em transações dentro da empresa.

O principal foco nesse pensamento é que todos os funcionários devem ter suas funções definidas dentro da empresa, devem ter de preferência por escrito, fazendo com que cada funcionário possua responsabilidade, cumpra todas as suas metas, com isso terá um maior controle interno detectando com facilidade erros e irregularidades que ocorrerem na empresa.

2.5.4.4 Segregação de funções

“A segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não possa ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, em virtude de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno.” (CREPALDI, 2004, p 252)

Nesse sentido a segregação de funções dentro de uma empresa é fundamental, pois além de evitar fraudes, também diminui o risco de erros humanos. Analisando essa questão através de um exemplo: um empregado de uma empresa “X” é responsável pela contabilização e contagem do estoque, ele poderá muito bem desviar uma parte e não contabilizar na empresa, por isso, é essencial que uma mesma pessoa não tenha acesso aos ativos e registros contábeis de uma determinada empresa.

Para Attie (2007, p.190), ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases essenciais a uma operação. Cada operação deve ser executada por pessoas e setores independentes entre si.

Com base no mencionado é necessário que haja segregação de funções, pois uma mesma pessoa ou setor não pode ficar encarregado de ser responsável por todas as operações essenciais dentro de uma empresa.

2.5.4.5 Amarrações do Sistema

Para ALMEIDA, (2008, p.66), o sistema de controle interno deve ser concebido de maneira que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência.

“O sistema de controle interno deve ser conhecido, de maneira que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência.” (CREPALDI, 2004, p 253)

Percebe-se que os autores chegam a uma mesma linha de raciocínio, o sistema só poderá registrar transações autorizadas, com valores corretos e dentro do período de competência.

2.5.4.6 Programas de Treinamento e Conscientização

As práticas de treinamento e conscientização periodicamente ou na medida de surgimento de novidades são importantes para tornar um sistema de controle interno eficiente. Com isso Attie (2007, p. 189), enfatiza que para que um sistema de controle interno funcione de forma eficiente é necessário que todos os integrantes da organização tenham competência de levar adiante, de forma eficiente e econômica, os procedimentos prescritos.

2.5.5 Avaliação do Sistema de Controle Interno

Segundo ALMEIDA (2008, p.73), os procedimentos fundamentais para uma boa avaliação do sistema de controle interno envolvem alguns pontos:

- Determinar erros e irregularidades que poderiam acontecer;
- Verificar se o sistema de controle detectaria de imediato esses erros e irregularidades;
- Analisar as fraquezas ou falta de controle, que possibilitam a existência de erros e irregularidades, a fim de determinar natureza, data e extensão dos procedimentos de auditoria;
- Emitir relatório comentário dando sugestões para o aprimoramento do sistema de controle interno da empresa.

Com isso, observam-se que os procedimentos consistem em verificações, exames que apontem provas suficientes para os auditores chegarem a algumas conclusões, decisões para o aprimoramento do controle interno. Vale também destacar que além de verificar o sistema tem que apontar erros e irregularidades de forma imediata, através desses erros os auditores irão analisar a falta de controle, que possibilita esses erros. E por último a auditor deve emitir um relatório comentando e dando sugestões sobre o controle interno da empresa, a partir dos dados informados pelos setores verificados.

Com base em Attie (2007, p.216), após o resultado de avaliação dos procedimentos de controle interno podem ser classificados como adequado, acontecendo quando os

procedimentos contêm todos os aspectos fundamentais, procedimentos e práticas compatíveis, alcançado os objetivos propostos. O sistema de controle interno pode ser adequado, podendo, ser aprimorado, contêm os aspectos e procedimentos fundamentais sendo aprimorados de acordo com as circunstâncias. O sistema de controle interno pode ser adequado, existido, porém, fraquezas que determinam e podem vir a comprometer o sistema como um todo e inadequado, não atendendo aos princípios e procedimentos fundamentais.

Com base no exposto os controles internos são avaliados e após essa avaliação podem ser classificados como adequados, acontecendo quando os procedimentos estão de acordo com suas atividades exercidas, alcançando os objetivos propostos pelos administradores. Podem ser adequados, porém precisam ser aprimorados, acontecendo quando todos os procedimentos estão de acordo com as operações exercidas, porém precisam ser aprimoradas para conseguir que os objetivos sejam cumpridos, outros são adequados, porém com fraquezas, esse sistema contêm todos os aspectos fundamentais, mais possuem algumas fraquezas que poderão comprometer com a realização das atividades e provavelmente dos objetivos. Podendo ser também inadequados, os controles não atendem aos procedimentos de acordo com as atividades que exercem, e conseqüentemente não conseguem realizar os objetivos esperados.

2.5.6 Modelo Coso

Para avaliação dos controles internos é necessário utilizar alguma metodologia, um meio de avaliação. No qual podemos destaca o modelo COSO (*The Comitê of Sponsoring Organization*), que de acordo com Silva, Cavalcanti apud Ferreira, Valente, Asato (2002, p. 3), contam que em 1945, nos Estados Unidos, a *National Commission on Fraudulent Financial Reporting* (Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros), para estudar as causas das ocorrências de fraudes em relatórios financeiros/contábeis, onde o primeiro objeto de estudo foram os controles internos. Em 1992, passou a ser um comitê, conhecido como COSO – *The Comitê of Sponsoring Organizations* (Comitê das Organizações Patrocinadoras). Caracterizando - se como uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles internos e governança.

Com base em Carpes, Oro apud Borgerth (2007), o COSO:

Foi criado para assessorar a Comissão Nacional sobre Relatórios Financeiros Fraudulentos, trata-se de uma iniciativa privada independente, encarregada de estudar fatores que podem gerar relatórios fraudulentos e elaborar recomendações para empresas abertas, para seus auditores e instituições educacionais.

Imoniana, Noyara apud Simmons (1997), abrangem o modelo da seguinte forma: As empresas de pequeno, médio e grande porte podem ter controles internos efetivos. Para o COSO o controle interno consiste em cinco componentes: Ambiente de Controle, Avaliação do Risco, Atividade de Controle, Informação e comunicação e Monitoramento.

Portanto com base nos expostos citados, o modelo COSO, foi criado para melhorar os controles internos das empresas, através de avaliações e determinações dos controles necessários, visando o cumprimento dos objetivos e metas expostas. Através dos componentes a seguir:

2.5.6.1 Ambiente de Controle

Segundo Silva, Cavalcanti apud Boynton (2002, p.36): “o ambiente de controle ‘ dá o tom’ de uma organização, influenciando a consciência das pessoas que nela trabalham. É a fundação dos demais componentes do controle interno”

Com base em Imoniana, Noyara apud Daniel (2000), explica que faz parte do ambiente do controle interno a ênfase que a administração dá ao controle interno, à organização e a estrutura da empresa.

Em seguida Imoniana, Noyara (2005, p. 25), complementa dizendo que a postura da alta administração é importante nesse aspecto. Pois deve deixar claro para seus integrantes, quais são os procedimentos, políticas, Código de Ética e conduta a serem adotados de maneira formal ou informal, o importante é que seja de fácil entendimento para os funcionários. Com isso o exemplo “vem de cima”, o que significa que quem dá o tom de controle da entidade são seus principais administradores.

O ambiente de controle é fundamental dentro de uma organização, pois irá deixar todos os seus funcionários bem informados sobre suas funções, responsabilidades e os

procedimentos, políticas que as empresas adotam, com isso influenciara que todos sigam cuidadosamente a mesma linha de procedimentos que a empresa está pedindo. Conforme Silva, Cavalcanti apud Ferreira, Valet, Asato (2002, p.5), o ambiente de controle é efetivo quando seus integrantes sabem suas responsabilidades, os limites de sua autoridade e se têm a consciência, competência e o comprometimento de fazerem o que é certo de maneira certa.

Portanto se em uma organização comunicam aos seus integrantes, suas funções, responsabilidades, limitações, oferecem treinamentos para exercer suas atividades de maneira correta, conseqüentemente tornará o controle interno mais efetivo. E se os funcionários percebem que a administração dá ênfase ao controle, se preocupam e cobram que seus procedimentos sejam executados, os integrantes irão entender que realmente existe controle e irão fazer de tudo para executá-los conforme manda os procedimentos expostos pela entidade.

2.5.6.2 Avaliações do Risco

De acordo com Carpes, Oro (2010), o risco é avaliado para verificar até que ponto os eventos que ocorrem na empresa podem prejudicar os seus objetivos. Cujo para avaliar esses riscos é necessário levar em consideração o custo e benefício dessa avaliação e também a probabilidade e o impacto que irá trazer para se ocorrer. Com isso chegará as respostas dos riscos e cabe a administração trazer os riscos a parâmetros toleráveis que não prejudiquem os objetivos da entidade.

Com base na Audibra - CONSO, (2007, p.28):

Os riscos identificados são analisados com a finalidade de determinar a forma como serão administrados e, depois, serão associados aos objetivos que podem influenciar. Avaliam-se os riscos considerando seus efeitos inerentes e residuais, bem como sua probabilidade e seu impacto.

A avaliação dos riscos consiste na identificação e análise dos riscos que ameaçam a realizam dos objetivos e metas traçadas pela administração. Depois de identificados, os riscos que ameaçam a não realização desses objetivos e metas, são gerenciados pelos

administradores de maneira que amenize os efeitos de eventos prejudiciais aos procedimentos das empresas.

2.5.6.3 Atividades de Controle

Segundo Imoniana, Noyara apud Simmons (1997), procedimentos de controle são atividades que executadas a tempo e de maneira correta, permitem a redução ou administração dos riscos.

Com base em Carpes, Oro (2010), quando a administração gerencia o risco, busca através dos procedimentos de controle que essas respostas ao risco sejam realmente executadas e asseguradas. Eles afirmam que cada entidade possui objetivos e estruturas diferentes, e se houver implementação das atividades de controle, em organizações similares as respostas aos riscos serão diferentes.

Com base na Audibra - CONSO, (2007, p.28): "políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia.

Portanto resumem - se a atividades que realizadas na hora e de maneira certa, podem reduzir os riscos. Logo depois de verificado os riscos são passados para as atividades das empresas que compreendem o controle, procurando responder os riscos executado e certificando os procedimentos de forma como o planejado.

2.5.6.4 Informação e Comunicação

Segundo Locatelli et al Lesly (1995, p. 47) para que a comunicação seja bem interpretada e eficaz, é necessário que todos os envolvidos possuam em mente algumas condições necessárias:

1) A predisposição do receptor visado. 2) A propensão (inata) de acreditar que algo é reconfortante ou que pode agir como escudo. 3) As necessidades básicas de cada indivíduo, 4) A necessidade básica de harmonia entre as necessidades e desejos do indivíduo e as exigências e pressões sociais que recaem sobre ele. 5) Envolve a parte física da transmissão 6) A habilidade e experiência.

Portanto para que essas comunicações sejam bem entendidas e executadas pelos os indivíduos da empresa é necessário que saibam não somente a importância do controle interno e sim o que a empresa está visando, qual a sua missão, para que os funcionários se citam integrados e importantes perante a empresa.

Com base em Imoniana, Noyara (2005, p. 40), a comunicação é o fluxo das informações dentro de uma organização em todos os níveis hierárquicos. Ela é essencial para o bom funcionamento dos controles. De maneira que todas as informações sobre planos, ambiente de controle, riscos, atividades de controle e desempenho devem ser transmitidas as organizações como um todo.

Segundo Audibra - CONSO, (2007, p.28): "As informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas de forma e no prazo que permitam que cumpram suas responsabilidades. A comunicação eficaz também ocorre em um sentido mais amplo, fluindo em todos os níveis da organização."

A comunicação é essencial dentro de uma empresa, através dela cria-se um clima harmônico entre os integrantes da empresa, independente dos seus níveis hierárquicos que ocupam, por meio de trocas de experiências, informações, proporcionando um ambiente propício para o cumprimento de suas atividades, contribuindo para um bom funcionamento dos controles internos. As informações são coletadas e verificadas quanto sua importância e credibilidade e depois são passadas para os representantes maiores da empresa.

2.5.6.5 Monitoramento

Com base na Audibra - CONSO, (2007, p.28), ocorre monitoramento: "Avaliando a presença e o funcionamento de seus componentes ao longo do tempo. Essa tarefa realizada mediante atividades contínuas de monitoramento, avaliações independentes ou uma combinação de ambas."

O monitoramento do controles interno é necessário para saber se os procedimentos estão sendo executados de acordo com as normas ou política que adotadas pela empresa. Cujo esse monitoramento pode ser feito em atividades contínuas ou periodicamente com o intuito de avaliar a necessidade de novas normas ou modificar as normas já existentes.

Tão importante quanto implantar controles de gerenciamento de riscos em uma organização, é acompanhar o processo de gestão dos controles com o objetivo de mitigar os riscos a eles inerentes. A esse processo de acompanhamento é denominado na referida metodologia, de Monitoramento. (CARPES, ORO 2008):

Nada valeria implantar um sistema de controle interno, capaz de gerenciar os riscos, se elas não fossem bem fiscalizadas, controladas. Esse processo de acompanhamento tem como função verificar se os controles internos estão sendo eficazes enquanto o cumprimento das tarefas e redução dos riscos.

2.6 Limitações do Controle Interno

Segundo Reske Filho et al (2005), com a forte concorrência no mercado, o sistema de controle interno é indispensável para o sucesso das organizações, no entanto, apresenta limitações e está sujeito a distorções e falhas decorrentes do mau entendimento das instruções ou informações.

Como todo sistema, o controle interno também está sujeito á limitações, segundo Crepaldi (2004, p.257), ocorrem em relação a: conclusão de funcionários na apropriação de bens da empresa, instrução inadequada aos funcionários com relação às normas internas e negligência na execução de suas tarefas.

"É preciso analisar circunstâncias para poder julgar a qualidade dos controles internos." (SÁ, 2002, p 128)

Com isso, não basta fazer um controle interno dentro de uma empresa, simplesmente copiando um sucesso de outra, é necessário analisar a empresa e verificar o grau e

qualidade de controle que deverá usar, pois não é viável utilizar um sistema cujo custo é elevado e só acontece perda ou irregularidade uma vez pedida no ano.

2.7 Controle interno e os sistemas de processamento eletrônico de dados.

De acordo Reske Filho et al (2005), o atual momento dos negócios, a descentralização, o volume e a necessidade de rapidez para efeitos de controles das empresas, acabou por tornar indispensável a modernização das rotinas internas; o que resultou na transferência de uma série de práticas e rotinas manuais para sistemas computadorizados, desaparecendo um grande número de dados físicos.

À medida que as empresas utilizam sistemas de controle mais eficientes, geraram dados com rapidez, possibilitando que fatos ocorridos durante o exercício possam ser analisados e testados com eficiência dentro da empresa. Para Reske et al (2005), dependendo da estrutura da empresa, os sistemas de informações têm suma importância para que os fatos ocorridos durante aquele exercício possam ser analisados e testados com eficiência dentro da empresa.

Com base em Attie (2007, p. 195), as aplicações de procedimentos eletrônicos de dados nos sistemas de informação das empresas surgem como consequências, novos aspectos de controle interno nesses sistemas. Passado a ser mais observado do que quando utilizado o método convencional devido à unidade do CPD passa a centralizar o processamento de uma parte substancial de dados.

Nesse sentido Sá (2007, p.128), complementa afirmando que é enganoso idealizar que os controles internos de uma empresa são adequados porque são computadorizados. Pelo contrário as estatísticas têm comprovado que os números de fraudes aumentaram com a utilização de computadores.

Com base nos expostos com a modernização e a necessidade da rapidez de respostas dos dados de controles internos, muitas empresas estão adequando suas atividades e as controlando por sistemas computadorizados. Muitas empresas acham que seus sistemas informatizados são mais confiáveis e forneceram dados mais relevantes, mais para isso é necessário que as empresas passem a controlar e monitorar esses sistemas com maior relevância.

Esses procedimentos de controle, de acordo com Attie (2007, p. 195) são: Programas de Computador, cujos documentos que explicam e servem como suportes devem ser bem elaborado e mantido; Procedimentos de Entrada, sendo recebidos de forma precisa para processamento, de forma ordenada, acurada e completa; Processamento, nesses procedimentos os operadores precisam ser bem instruídos e de preferência por escrito; Manutenção de Arquivos; Manutenção de Equipamentos.

2.8 Precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais.

Um dos objetivos principais do controle interno é fornecer informações contábeis, financeiros e operacionais, com segurança, relevância e credibilidade aos gestores das empresas para auxiliarem em suas tomadas de decisões.

Nesse sentido ATTIE (2007, p. 191), enfatiza que:

O objetivo do controle interno é relativo à precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais compreende a geração de informações adequadas e oportunas, necessárias gerencialmente para administrar e compreender os eventos realizados na empresa.

O mesmo complementa que para a precisão e confiabilidade são necessários alguns procedimentos:

- a) Documentação fidedigna: é necessário documentação como prova para comprovação dos registros das operações.
- b) Conciliação: indica a precisão ou diferenças existentes entre as diversas fontes de informação.
- c) Análise: objetiva a identificação da composição analítica dos itens em exame de forma a possibilitar a constatação de sua constituição.
- d) Plano de Contas: classificar os dados da empresa, dentro de um plano de contas bem definido.

e) Tempo hábil: realizar os registros dentro do seu período de competência ou o mais rápido possível.

f) Equipamento mecânico: a utilização desse equipamento visa facilitar e agilizar o registro das transações, promovendo a divisão de trabalho.

De acordo com esse exposto se as organizações seguirem a linha esses procedimentos, executaram suas operações de modo eficiente, de modo a fornecer informações de dados de formas mais confiáveis e seguras, ajudando os gestores a tomar as decisões melhores para a empresa.

2.9 Controle interno e o processo de gestão

Com base em Jacques (2004) a globalização e o aumento da competitividade passaram a exigir melhores práticas de gestão, na busca contínua de se readaptar a realidade do âmbito global, através do gerenciamento dos processos voltados à dinâmica do mercado, para isso faz-se necessário informações inovadoras para tomadas de decisões.

Com a entrada de novas atividades e o aumento gradual da competitividade, passou a exigir de seus administradores melhores práticas de gestão, a fim de se tornar competitiva e ter continuidade no mercado, surgindo assim à necessidade de informações confiáveis sobre seus procedimentos para melhores tomadas de decisões.

A gestão empresarial com base em Horngren (2004, p.8) compreende uma série de atividades em um ciclo de planejamento e controle. Cujo planejar refere-se ao conjunto de objetivos e ao delineamento de como serão alcançados e controlar menciona a implementação de planos e ao uso de feedback para atingir os objetivos. O feedback é decisivo para o ciclo de planejamento e controle. O planejamento determina ações, que geram feedback, que influenciam o planejamento e as ações seguintes.

As gestões empresariais podem ser compreendidas como conjunto de métodos que orientam os fluxos operacionais da organização, com o propósito de melhor planejamento e de um melhor gerenciamento.

Com o intuito de fornecer aos gestores melhores informações para práticas de gestão é necessário um controle interno adequado e efetivo dentro da empresa. Essa abordagem

pode ser esclarecida por Inácio et al (2006), abertura de mercados tem acarretado incertezas no mundo empresarial tanto no ambiente externo, quanto interno, acrescentando assim a necessidade da adoção de melhores práticas de gestão. Inclusive nas do setor de vendas de veículos que estão se adequando à evolução da atividade econômica automotiva, com o constante crescimento desta atividade e o aumento gradual da concorrência, a intensificação da busca de competitividade, qualidade e redução de custos.

Portanto com o fornecimento de informações confiáveis os gestores iram tomar decisões essenciais para o sucesso da empresa. De acordo com Marion (2007, p.23), dentro de uma empresa os responsáveis pela administração estão tomando decisões, quase todos importantes, vitais para o sucesso do negócio. Por isso surge a necessidade de informações corretas que contribuam para uma boa tomada de decisão.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Após as respostas obtidas de acordo com os questionários repassados aos representantes das empresas revendedoras de veículos situadas no município de Cajazeiras, que ao todo totalizaram 14 (quatorze) questionários, os dados serão apresentados nas tabelas a seguir:

Nesse contexto vamos apresentar os resultados da pesquisa, através de uma análise descritiva.

3.1 Caracterizações do Representante da Empresa

Analisando a tabela 1 de Cargos mostra-se que dos entrevistados, 50% das pessoas que responderam os questionários são os proprietários das empresas, 28,6% são administradores e 21,4% são contadores. Nota-se que a maioria das pessoas que responderam o questionário, ocupa uma função relevante dentro da empresa, o que implica dizer que possuem conhecimento sobre seus procedimentos da empresa.

Tabela 1 - Cargo

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Proprietário	7	50	50	50
	Contador	3	21,4	21,4	71,4
	Administrador	4	28,6	28,6	100
	Total	14	100	100	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Analisando a tabela 2 de tempo de experiência e notório perceber que dos entrevistados 37,7% possuíam experiência de 1 a 5 anos, e os demais eram distribuídos em 21,4% de 6 a 10 anos, 21,4% de 11 a 20 anos e 21,4% com mais de 21 anos. Pode-se dizer que as maiorias dos entrevistados possuem experiência na empresa e no setor onde atuam.

Tabela 2 – Tempo de Experiência

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	até 5 anos	5	35,7	35,7	35,7
	de 6 a 10 anos	3	21,4	21,4	57,1
	de 11 a 20 anos	3	21,4	21,4	78,6
	acima de 20 anos	3	21,4	21,4	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Pela leitura da tabela 3, observa-se que 50% dos entrevistados possuem nível superior completo, 21,4% nível superior incompleto e 28,6% nível médio completo. Portanto a maioria dos entrevistados estão buscando aprimorar seus estudos para trabalhar nesse mercado, e a minoria trabalha apenas com a experiência de vida adquirida nos anos de profissão.

Tabela 3 – Grau de Instrução

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nível médio completo	4	28,6	28,6	28,6
	Nível Superior Completo	7	50,0	50,0	78,6
	Nível Superior Incompleto	3	21,4	21,4	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

3.2 – Caracterização da Empresa

Analisando a tabela 4 a natureza jurídica das empresas analisadas e notório perceber que as empresas são formadas por Empresários(individual) no que corresponde a 35,7% e por Sociedade empresarial limitada no qual corresponde a 64,3%.

Tabela 4 – Natureza Jurídica

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Empresário (Individual)	5	35,7	35,7	35,7
	Sociedade Empresarial Limitada	9	64,3	64,3	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Observa-se na tabela 5 correspondente ao regime tributário utilizado pelas empresas, das analisadas 35,7% optam pelo lucro presumido, 42,9% pelo simples nacional e 21,4% pelo lucro real. Isso implicar dizer que a maioria cerca de 43% das empresas são empresas pequenas que não possuem um faturamento tão elevado, as demais são empresas maiores que necessitam de um maior controle.

Tabela 5 – Regime de Tributação

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Simple Nacional	6	42,9	42,9	42,9
	Lucro Presumido	5	35,7	35,7	78,6
	Lucro Real	3	21,4	21,4	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

A tabela 6 de ciclo de vida que corresponde à existência dessas empresas no ramo do comércio de veículos, onde percebemos que a maioria já existe a um bom tempo, onde 42,9% das empresas existem no tempo de 1 a 10 anos, 21,4% há mais de 31 anos, 21,4% entre 11 a 20 anos e 14,3% de 21 a 30 anos.

Tabela 6 – Tempo de Atividades

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Até 10 anos	6	42,9	42,9	42,9
	de 11 a 20 anos	3	21,4	21,4	64,3
	de 21 A 30 anos	2	14,3	14,3	78,6
	mais de 31 anos	3	21,4	21,4	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

A tabela 7 representa o número de funcionários existente nas empresas entrevistadas, onde é notório perceber que a maioria das empresas cerca de 64,3% possuem um numero de 1 a

10 funcionários, e que 14,3% representa entre 21 a 30 funcionários, 21,4% mais de 31 funcionários.

Tabela 7 – Número de Funcionários

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	até 10 Colaboradores	9	64,3	64,3	64,3
	de 21 a 30 Colaboradores	2	14,3	14,3	78,6
	mais de 31 Colaboradores	3	21,4	21,4	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

3.3 Aspectos Operacionais na Empresa

3.3.1 Ambiente de Controle

A tabela 8, faz uma relação das empresas que comunicam a importância do controle interno dentro das empresas, cerca de 28,6% dos questionados responderam que as empresas fazem comunicação sempre e em seguida cerca de 28,6% quase sempre, portanto todos os integrantes dessas empresas estarão conscientes do que representa o controle para a empresa, sendo orientados pelas normas das empresas, procedimentos, políticas e estratégias adotadas, contribuindo para o controle efetivo e conscientização de sua importância para a entidade. Os demais respondentes cerca de 14,3% afirmaram que nunca comunicam, a falta de conscientização dos envolvidos do que realmente representa o controle, deixará os funcionários mais relaxados, pois estarão menos envolvidos com a missão da empresa, não saberão o que a organização realmente quer, contribuindo para um controle eficaz, em seguida 14,3% responderam que essas práticas são realizadas raramente e 14,3% frequentemente. Desta forma a falta de comunicação constante contribui para um controle ineficiente. Portanto é necessário que essas empresas possuam uma comunicação da importância dos controles mais ativa, pois não basta ter os melhores funcionários, é necessário comunicação para os funcionários ter consciência adequadamente da proposta, objeto de trabalho dentro da organização.

Tabela 8 – Comunicação do Controle Interno

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	2	14,3	14,3	14,3
	Raramente	2	14,3	14,3	28,6
	Freqüentemente	2	14,3	14,3	42,9
	Quase sempre	4	28,6	28,6	71,4
	Sempre	4	28,6	28,6	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Analisando a tabela 9, percebe-se que a minoria, cerca de 7,1% das empresas não fazem programas de conscientização e treinamento, as demais procuram melhorar as condições e relações de trabalho, onde cerca 21,4% responderam que fazem treinamento frequentemente, 28,6% quase sempre, 28,6% raramente e 14,3% sempre. Dos dados expostos apenas 14,3% das empresas fazem programas de treinamento e conscientização sempre e 28,6% quase sempre, essa prática é essencial dentro de uma empresa, pois o ensino, aprendizagem e comportamento adequado são ferramentas necessárias para o profissional dentro do mercado, pois com treinamentos adequados além de deixar os funcionários bem informados naquilo que fazem, conseqüentemente iram executar suas tarefas de acordo com as medidas necessárias, tornando a empresa mais competitiva propicia ao sucesso. Já as empresas que fazem esses programas de forma raramente 28,6% e frequentemente 28,6%, deveriam investir mais nesses programas, pois é impossível não cometer erros se seus integrantes não sabem de fato exercer suas tarefas dentro da empresa. E as empresas que não fazem de treinamentos de maneira nenhuma, cerca de 7,1%, seria essencial que se conscientizassem e procurassem dar aos seus funcionários treinamentos adequados, pois nem sempre as tarefas são realizadas conscientemente, ou seja, com a convivência e experiência no que fazem torna-se mecânica suas práticas. Portanto se faz necessário que as empresas invistam no sentido de qualificar seus integrantes para a obtenção de sucesso no negócio. Além do mais fazendo treinamentos irão tornar os funcionários mais qualificados, orgulhosos perante a empresa e motivados, o que irá refletir positivamente para empresa, perante sua imagem para os funcionários, clientes e fornecedores.

Tabela 9 - Treinamento e conscientização

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	1	7,1	7,1	7,1
	Raramente	4	28,6	28,6	35,7
	Freqüentemente	3	21,4	21,4	57,1
	Quase sempre	4	28,6	28,6	85,7
	Sempre	2	14,3	14,3	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Analisando a tabela 10, nota-se que a maioria, cerca de 50% dos respondentes disseram que sempre “o exemplo vem de cima”, em seguida 21,4% responderam que quase sempre. Nessas empresas a postura da administração é determinante dentro do controle, pois ela que elabora as estratégias de negócio, as metas e ações a serem executadas. Essas definições são estabelecidas de maneira clara e bem definidas para os integrantes da empresa, suas políticas, metas, procedimentos a serem adotados, seus códigos de conduta e ética, fazendo com que o controle interno torne-se um comprometimento de todos e não somente dos responsáveis, com isso é necessário que os administradores tenham uma maior relevância com os compromissos das normas estabelecidas das práticas de controle, assim poderá exigir dos funcionários o cumprimento dessas normas, dessa forma os integrantes irão perceber que realmente existe controle, e que suas tarefas irão ser bem monitoradas, fazendo de tudo para contribuir de acordo com suas responsabilidades, melhorando seus desempenhos nas suas respectivas funções, contribuindo para um melhor controle efetivo. As demais responderam que os administradores dão ênfase ao controle, só que em dimensões menores, onde cerca de 14,3% frequentemente e 14,3% raramente. Essas empresas em que a administração, dá pouca ênfase aos controles e não deixam bem claras suas definições perante os integrantes, fará com que eles tenham a impressão que a empresa não possui controle, que não estão preocupados com seus desempenhos, onde esses fatos fazem que os funcionários relaxem e façam seus trabalhos quando bem entenderem e de maneira muitas vezes incorreta, contribuindo para o fracasso do controle interno.

Tabela 10 – Ênfase da Administração

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Raramente	2	14,3	14,3	14,3
	Freqüentemente	2	14,3	14,3	28,6
	Quase sempre	3	21,4	21,4	50,0
	Sempre	7	50,0	50,0	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Na tabela 11, percebe-se que a maioria cerca de 50% das empresas, a administração tem compromisso com o controle sempre e 14,3% quase sempre, isso é importante, pois para que um controle interno seja bem executado é necessário que a administração não apenas enfatize a importância do controle através de normas, condutas, é interessante que a tire do papel e realmente coloque – a em prática, estando empenhada com os compromissos e comprometimentos das normas estabelecidas pela empresas. E algumas empresas responderam que o compromisso da administração com o controle é baixo, onde cerca de 21,4% disseram que é raro e 14,3% freqüentemente. Com base nestes dados não adianta a administração da ênfase ao controle interno, estabelecendo normas, condutas, se elas não desempenham para que essas práticas sejam realmente cumpridas, com isso tornaram o sistema uma prática ineficaz, pois se a própria administração não está preocupada com os interesses da empresa, não poderão cobrar de seus funcionários um maior comprometimento.

Tabela 11 – Compromisso da Administração

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Raramente	3	21,4	21,4	21,4
	Freqüentemente	2	14,3	14,3	35,7
	Quase sempre	2	14,3	14,3	50,0
	Sempre	7	50,0	50,0	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Conforme os dados da tabela 12 identificaram-se que cerca de 42,9% dos respondentes consideram que todos os integrantes da empresa tem compromisso com o controle, onde todos devem ser bem instruídos e treinados para que os cumprimentos das suas funções sejam realizadas conforme foram estabelecidas, facilitando para a efetividade do controle. Seguindo de 28,6% quase sempre e 28,6% raramente os funcionários tem compromisso com os controles, se os funcionários não possuem compromisso com a organização, cabe ao administrador da empresa fazer com que esses funcionários se motivem e façam com

que a acatem com o compromisso estabelecido pela organização. No entanto a falta de compromisso de seus funcionários deixará o controle interno mais vulnerável, a produzir informações errôneas nos seus relatórios.

Tabela 12 – Compromisso de todos

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Raramente	4	28,6	28,6	28,6
	Quase sempre	4	28,6	28,6	57,1
	Sempre	6	42,9	42,9	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

3.3.1.2 – Procedimentos de Controle e Aprimoramento

Através da tabela 13, é possível constatar que 57,1% dos entrevistados, disseram que as funções dos integrantes da empresa estão adequadamente segregadas nos setores, é de importância para o controle interno, pois os funcionários estão desempenhados em apenas fazer a função que lhe é designada em cada setor diminuindo o risco de fraudes e erros humanos. Os integrantes realizaram as tarefas com mais atenção já que estão responsáveis em cumprir as metas e objetivos estabelecidas pela empresa em cada setor designado e evitará erros à medida que não poderão ter acesso aos ativos e aos registros contábeis. Em seguida 28,6% afirmaram que quase sempre essas funções estão bem definidas e segregadas, é importante que sejam modificadas a medida de surgimento de novos setores e funcionários. Essa é uma prática considerável dentro do sistema de controle, mais é necessário que essa prática seja realizada sempre, assim os funcionários obterão conclusões mais precisas sobre os cumprimentos de suas tarefas, realizando-as com precisão e eficiência. E apenas 14,3% disseram que não existem divisões de tarefas por setores, a não realização desse procedimento torna o controle interno mais vulnerável a erros humanos e a fraudes. Os funcionários serão designados a fazerem atividades em todos os segmentos da empresa, podendo omitir e errar algumas tarefas e não serão responsabilizados, pois os administradores não sabem o responsável por cada setor e ficará mais propício a fraudes, já que os funcionários terão acesso aos ativos e aos registros contábeis, facilitando a prática de fraudes.

Tabela 13 – Funções segregadas

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	2	14,3	14,3	14,3
	Quase sempre	4	28,6	28,6	42,9
	Sempre	8	57,1	57,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Analisando a tabela 14, nota-se que todas as empresas possuem o setor fiscal integrado com o contábil, isso é fundamental para a contabilidade e para a efetivação do controle dentro da empresa, existe nessas empresas um setor encarregado para acompanhar as leis que regulamentam os impostos, com intuito de evitar que as empresas sejam penalizadas a pagar impostos com juros e multas, sendo todas as notas que são registradas na empresa vão para o setor contábil no dia da entrada evitando que as empresas paguem os impostos com atrasos, que muitas vezes se dão por demora no envio de documentos para apuração.

Tabela 14 – Setor fiscal

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Sempre	14	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Através da tabela 15, é notório perceber que a maioria, cerca de 71,4% das empresas não fazem reuniões internas semanalmente, a falta desse procedimento deixa o controle interno menos eficaz e eficiente. A prática de reuniões internas é necessária, pois além de colocar toda a parte administrativa do que está acontecendo na empresa servirá também como um meio de avaliação e reflexão para as ações de planejamento estratégico da empresa, com isso as empresas que não fazem reuniões não sabem o andamento das ações das atividades com relação às metas e objetivos expostos pela empresa.

De acordo com a tabela apenas 7,1% das empresas disseram que faziam reuniões raramente e 14,3% frequentemente. Essas empresas apesar de não realizarem com frequência reuniões semanalmente para discutir suas metas e objetivos, fazem uso dessas práticas com raridade e às vezes com o intuito de melhorar e avaliar o cumprimento dessas metas, com base nas ações realizadas dentro da empresa. E apenas 7,1 % disseram que fazem reuniões semanalmente, a realização desse exercício aumenta a efetividade do controle interno, de maneira que os administradores vão discutir sobre as ações de acordo

com o planejado, modificando as ações, suprimindo falhas nos seus procedimentos, a fim de deixarem os setores funcionando de acordo com o combinado.

Tabela 15 – Reuniões internas

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	10	71,4	71,4	71,4
	Raramente	1	7,1	7,1	78,6
	Frequentemente	2	14,3	14,3	92,9
	Quase sempre	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

A leitura da tabela 16 permite visualizar que cerca de 64,3% dos entrevistados responderam que as suas obrigações acessórias são realizadas dentro do prazo, o que implica dizer que as práticas de controle estão sendo eficientes, pois os administradores estão cumprindo em dia com as obrigações legais que estão sujeitas, evitando problemas com o governo federal, estadual e municipal, essas obrigações são: emissões de documentos, escriturações de livros, apresentação de declarações com GIM, DCTF, folha de pagamento e etc, onde o não cumprimento dessas obrigações no prazo geram penalidades. E as demais 21,4% quase sempre e 14,3% frequentemente, essa prática implica que o controle interno possui controle eficiente, mais poderia melhorar para que todas as obrigações fossem realizadas dentro do prazo estabelecido evitando o pagamento de penalidades, evitando assim prejuízos com juros e multas.

Tabela 16 – Obrigações acessórias

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Frequentemente	2	14,3	14,3	14,3
	Quase sempre	3	21,4	21,4	35,7
	Sempre	9	64,3	64,3	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Conforme se observa na tabela 17, com relação ao monitoramento que é uma das principais práticas de verificação da efetividade do controle, nota-se que 29% das empresas fazem essa prática sempre, seguindo de 21% que só fazem às vezes, de 14% que fazem raramente e 36% disseram que fazem essas práticas quase sempre.

O monitoramento do controles interno é necessário para saber se os procedimentos estão sendo executados de acordo com as normas ou políticas adotadas pela empresa. Cujos esse monitoramento pode ser feito em atividades contínuas ou periodicamente com o intuito de

avaliar a necessidade de novas normas ou modificar as normas já existentes. Das empresas analisadas apenas 28,6% praticam essa função sempre e 35,7% quase sempre, o que implica dizer que torna o controle interno mais adequado e efetivo, não basta somente implantar um sistema de controle, para se obter resultados é necessário um monitoramento, controle de todas as atividades envolvidas na empresa, com o propósito de fiscalizar e orientar para que todos os setores realizem as ações de acordo com o planejamento, políticas das empresas. As empresas que só realizam frequentemente correspondente a 21,4% e raramente correlativo a 14,3%, precisam monitorar os controles, com continuidade ou periodicamente, a fim de deixar e verificar a adequação de seu controle, pois só realizando monitoramentos de vez em quando ou raramente, poderão prejudicar os procedimentos e políticas adotadas pela empresa.

Tabela 17 - Monitoramento

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Raramente	2	14,3	14,3	14,3
	Frequentemente	3	21,4	21,4	35,7
	Quase sempre	5	35,7	35,7	71,4
	Sempre	4	28,6	28,6	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

A tabela 18, faz uma abordagem de revisão de desempenho, cerca de 35,7% das pessoas entrevistadas disseram que as empresas faziam revisões sempre. Essa prática é importante dentro da empresa, pois é preciso que haja um acompanhamento nas atividades exercidas, para avaliar, analisar como estão seus desempenhos em relação aos objetivos e metas traçadas, antecipando os danos, prejuízos internos, ou seja, os riscos na realização das ações das atividades, fazendo que consigam cumprir com seus objetivos e metas. Em seguida, 28,6% afirmaram que fazem raramente, cerca de 28,6% responderam que praticam revisões frequentemente, mas essa prática não é muito interessante, pois revisões ao acaso, não antecipara as práticas que poderão causar danos, prejuízos a empresa, prejudicando no cumprimento das ações dos setores. Os outros responderam cerca de 7,1% disseram que não fazem nunca, a falta desse procedimento além de não verificar o desempenho das atividades, com os objetivos e metas que os administradores traçaram, não poderão fazer nada contra as ameaças que surgiram para as empresas, prejudicando de fato o cumprimento das atividades dos setores com seus objetivos e metas traçadas.

Tabela 18 - Revisão

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	1	7,1	7,1	7,1
	Raramente	4	28,6	28,6	35,7
	Frequentemente	4	28,6	28,6	64,3
	Sempre	5	35,7	35,7	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Analisando a tabela 19, cerca de 64,3% dos entrevistados responderam que as monitorações das atividades de controle são feitas sempre pelo gestor, isso ocorre, pois a maioria das empresas analisadas o gestor é o proprietário, que é a parte mais interessada no benefício de sua empresa, cabe a ele monitorar as atividades de controle para saber como anda todos os setores de acordo com as normas, procedimentos estabelecidos. Em seguida 14,3% disseram que raramente essas práticas são realizadas pelo gestor e 21,4% disseram que nunca, isso ocorre, pois essa prática fica por conta de outro setor responsável por essa fiscalização, mesmo com um setor encarregado para fazer esse monitoramento era interessante que os gestores acompanhassem para certificar que as atividades estão sendo realizadas de maneira certa e estão em alinhamento com as diretrizes traçadas pela administração da empresa.

Tabela 19 – Monitoração por parte dos gestores

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	3	21,4	21,4	21,4
	Raramente	2	14,3	14,3	35,7
	Sempre	9	64,3	64,3	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Pela leitura da tabela 20, observa-se que a maioria cerca de 64,3% das empresas não possui uma auditoria interna ou um setor responsável para fiscalizar os procedimentos internos e apenas cerca de 14,3% responderam que possuem sempre e 21,4% responderam que quase sempre possuem essa prática.

Vale ressaltar que não adianta ter um sistema de controle interno eficiente, se os seus procedimentos não são fiscalizados pela empresa com o intuito de verificar se os objetivos e metas traçadas estão sendo acompanhados pelos funcionários da empresa, daí surge a necessidade de uma auditoria interna, um setor de fiscalização, esses setores são utilizados

na maioria das vezes quando os administradores não conseguem supervisionar todas as suas atividades.

Com base na tabela, cerca de 64,3% das pessoas entrevistadas responderam que as empresas não possuem auditoria interna ou um setor encarregado para fiscalização do controle interno, o que acontece e que a maioria das revendedoras são de pequeno porte e seria inviável a prática desse procedimento, portanto essa supervisão cabe ao administrador, já que essas entidades não possuem muitas atividades no seu processamento. Essa prática é relevante, pois apesar de não possuírem um setor encarregado ou uma auditoria interna, não deixaram de monitorar os procedimentos que realizam as atividades da empresa, tornando assim o controle interno efetivo dentro da empresa, auxiliando e verificando os cumprimentos dos objetivos e metas traçadas pela organização. Em seguida cerca de 14,3% responderam que possuem sempre e 21,4% quase sempre, isso acontece por que essas empresas possuem várias atividades e não seria viável que apenas o administrador da empresa ficasse responsável pela fiscalização, pois não conseguiria da conta, portanto surge a necessidade de fiscalização e acompanhamento que pode ser realizada por uma auditoria interna ou um setor encarregado para fiscalização. Essas empresas adotando essas práticas estão contribuindo para a efetividade do controle interno, tornando-os mais eficientes e propícias a fornecer informações confiáveis, pois estão acompanhando, verificando e alinhando para que os procedimentos sigam de acordo com os traçados pelas empresas.

Tabela 20 – Auditoria interna

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	9	64,3	64,3	64,3
	Quase sempre	3	21,4	21,4	85,7
	Sempre	2	14,3	14,3	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Através da tabela 21, é possível constatar que 87,7% dos respondentes afirmaram que nunca ocorreram casos de desvio, fraude na empresa, portanto é necessário que continuem tomando medidas e providências cabíveis para não ocorrerem e cerca de 14,3% afirmaram que raramente ocorrem. Portanto se um dos objetivos do controle interno é diminuir e identificar casos de desvios ou fraudes nota-se que as empresas possuem um sistema efetivo, pois quando ocorridos casos de desvios ou fraudes foram identificadas.

Um dos principais objetivos do controle interno é diminuir que ocorram práticas de desvio ou fraude pelos integrantes da empresa. Nesse caso podem ser feitos alguns procedimentos para diminuir essas práticas onde os administradores devem possuir controle de acesso dos funcionários, áreas restritas para pessoas autorizadas, senhas para arquivos eletrônicos e etc.

Tabela 21 – Fraudes e desvios

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	12	85,7	85,7	85,7
	Raramente	2	14,3	14,3	100,0
Total		14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

3.3.3 - Sistemas de Informação e Comunicação

Na tabela 22, observa-se que 42,9% das empresas estabelecem normas interna de procedimentos de trabalho bem definidas, essa realização ajuda a um melhor gerenciamento no controle interno da empresa, pois estão escritas em manuais internos das empresas as funções de cada funcionário e as normas de controle bem definidas, com o propósito de fazer que elas sejam cumpridas e em apurar responsabilidades por omissões de suas tarefas. Em seguida apenas cerca de 14,3% dos entrevistados disseram que nunca, estabeleceram as funções dos funcionários por meio de normas internas, a não realização desse procedimento faz com que os gestores não saibam especificadamente as funções de cada funcionário, ficando difícil de apurar algum responsável por omissões de tarefas, erros ou fraudes em determinado setor. E 28,6% disseram que só realizam essas práticas frequentemente e 14,3% raramente, é necessário que esses procedimentos sejam realizados sempre dentro de uma empresa, pois a realização dessas práticas deve ser modificada constantemente à medida que irão surgindo novos setores, novos funcionários, novos desafios a serem superados. Sendo assim, o controle interno não se torna confiável, pois poderia enviar informações errôneas sobre os procedimentos das atividades da empresa.

Tabela 22 – Normas internas

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	2	14,3	14,3	14,3
	Raramente	2	14,3	14,3	28,6
	Frequentemente	4	28,6	28,6	57,1
	Sempre	6	42,9	42,9	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Analisando a tabela 23, observa-se que cerca de 42,9% dos respondentes responderam que as empresas divulgam as informações sobre o ambiente de controle e 14,3% quase sempre. A realização desse procedimento é essencial para o bom desempenho dos procedimentos do controle interno, pois deixam de maneira clara para seus funcionários, qual é a sua prioridade, qual a finalidade e o que significa controle interno, qual a importância de sua implementação e cumprimento. E apenas 21,4% não divulgam de maneira nenhuma essas informações para seus funcionários. A falta de realização dessa prática pode comprometer o controle interno dentro da organização, pois os funcionários não sabem realmente a importância do controle interno para a empresa, quais os riscos que a empresa corre com o não cumprimento das atividades corretamente, são esses detalhes que fazem com que as organizações não se movam. Em seguida cerca de 21,4% das pessoas responderam que só divulgam essas informações raramente, apesar de informarem raramente o que se passa na empresa, é fundamental que divulguem periodicamente para seus integrantes tudo que se passa na empresa, com isso deixará todos bem informados dos planos, riscos e possíveis alterações nos procedimentos das atividades.

Tabela 23 – Ambiente de controle

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	3	21,4	21,4	21,4
	Raramente	3	21,4	21,4	42,9
	Quase sempre	2	14,3	14,3	57,1
	Sempre	6	42,9	42,9	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

A leitura da tabela 24 permite visualizar que cerca de 50% dos respondentes afirmaram que nas empresas possuíam sistemas internos de comunicação sempre e 21,4% disseram que quase sempre utilizava esse sistema, a realização desse procedimento é uma ferramenta

importantíssima pro crescimento e controle da empresa, uma vez que ocorrendo esse processo de comunicação entre os integrantes, independente do nível hierárquico que ocupa, cria um clima harmônico e propício para o cumprimento dos objetivos dentro da entidade, esse clima se dá principalmente através de troca de informações, experiências. Em seguida, 14,3% raramente e 14,3% nunca utilizaram e utiliza essa prática, a realização de comunicação interna é uma ferramenta importantíssima para o crescimento da empresa, pois irá criar um clima harmônico e propício para o cumprimento dos objetivos e metas traçadas. Essa comunicação é feita através de diálogos, troca de experiências em todos os níveis hierárquicos dentro da empresa, deixando um clima agradável entre os integrantes da empresa.

Tabela 24 – Ambiente harmônico

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	2	14,3	14,3	14,3
	Raramente	2	14,3	14,3	28,6
	Quase sempre	3	21,4	21,4	50,0
	Sempre	7	50,0	50,0	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Conforme a tabela 25 cerca de 64,3% das pessoas responderam que as empresas confiam nas informações geradas pelo controle interno, essas empresas recebem as informações fornecidas pelos relatórios do sistema, sobre as atividades que regulam os procedimentos da empresa, e tomam as decisões com base nos desempenhos apresentados, essa prática é utilizada quando os administradores tem uma provável certeza de que os controles são eficientes. Em seguida cerca de 21,4% responderam que quase sempre tomam decisões com base nas informações geradas pelos sistemas, essas empresas utilizam os relatórios gerados pelos sistemas mais antes de tomar decisões checam se as informações capturadas e verificam a confiabilidade e relevância, depois são tomadas as decisões cabíveis. E apenas 14,3% disseram que não confiam nas informações geradas pelos relatórios e não tomam decisões com base nos resultados gerados pelos sistemas. Isso implica dizer que os sistemas de controle não são considerados eficientes pelos administradores.

Tabela 25 – Relevância e confiabilidade

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual acumulado
Validos	Nunca	2	14,3	14,3	14,3
	Quase sempre	3	21,4	21,4	35,7
	Sempre	9	64,3	64,3	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo 2010

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Ao findar esse trabalho é possível verificar que com o aumento da competitividade e conseqüentemente da concorrência, fez com que as empresas principalmente do ramo automobilístico, procurassem subsídios para enfrentar esse novo mercado, acrescentando a necessidade de novas práticas de gestão. Surgindo assim, a necessidade de um sistema de controle interno eficiente capaz de proteger os ativos e fornecer informações confiáveis e relevantes, ajudando os gestores nas suas tomadas de decisões.

Conforme comentado na pesquisa os controles internos bem estruturados são essências dentro de uma organização, pois reduzem ocorrências de fraudes ou desvios, ajudam na estruturação, além de garantir a continuidade de fluxo operacional, pois irá garantir que as operações sejam realizadas com segurança e com autorização, passando tranqüilidade ao gestor na suas tomadas de decisões.

O sistema de controle interno deve ser implementado na empresa de acordo com as suas necessidades, ou seja, irá depender do tamanho da organização e de suas características, com isso facilitará o gerenciamento de suas atividades, protegendo seus ativos e fornecendo dados confiáveis e relevantes que servirão para uma melhor eficiência operacional e otimização de resultados.

Dentre esses expostos esse estudo objetivou identificar se as empresas revendedoras de veículos situadas na cidade de Cajazeiras/PB utilizam o controle interno como ferramenta de gestão. Tendo como objetivos específicos: verificar o conhecimento dos gestores a cerca dos benefícios de um sistema de controle interno; Identificar medidas de controle interno utilizadas pelos gestores nas empresas; Identificar históricos de desvios ou fraudes nessas empresas.

Os objetivos específicos foram todos realizados, através da tabela 8 foi possível verificar que a maioria dos gestores sabe a importância do controle interno para sua empresa. Com base nos respondentes, a maioria dos gestores comunica a importância da implementação dos procedimentos de controle interno aos seus integrantes para que suas normas e políticas adotadas sejam realizadas conforme a determinação da empresa. Outro ponto a destacar do conhecimento dos gestores em relação a sua importância, podendo ser explicado com base na tabela 10, cuja maioria dos respondentes afirma que o "exemplo vem de cima", ou seja, os gestores que ditam as normas, os procedimentos, tomam as

providências necessárias para que todos os integrantes tenham conhecimento de seus afazeres e cumpram os procedimentos de controle conforme combinado. Essas duas práticas citadas exemplificam que os gestores sabem que os controles internos bem adequados e realizados conforme planejados podem render frutos à empresa, protegendo seus ativos e melhorando seus fluxos operacionais, tornando assim empresas mais competitivas.

Para identificar as medidas de procedimento utilizadas pelos gestores, foi utilizado o método COSO que foi dividida em três pilares: Ambiente de Controle, Monitoração e Aprimoramento do Controle e Sistemas de Informação e Comunicação.

Analisando quanto ao ambiente de controle: as empresas utilizam de procedimentos que são considerados essenciais para sua eficiência, ou seja, constatou que as maiorias das empresas já comunicaram aos seus funcionários a importância dos controles internos, utilizam programas de treinamentos e conscientização mesmo que em proporções que não são consideradas essenciais, a maioria delas a administração está voltada e preocupada com seus procedimentos de controle, possuem integrantes que zelam pelos compromissos dos procedimentos impostos pelas empresas. Esses fatores proporcionam para que os funcionários da empresa se conscientizem e tenham parcelas de responsabilidades dos procedimentos, ou seja, tomem conhecimento do tom de organização da empresa.

Analisando quanto aos procedimentos de controle e aprimoramento, percebe-se que a maioria das empresas utiliza os procedimentos considerados essenciais para a efetividade do controle interno. Constatou-se que a maioria das empresas segrega as funções de seus funcionários em seus determinados setores, outra prática essencial constatada nessas empresas é que todas possuem o setor fiscal integrado no contábil, diminuindo prejuízos com juros e multas. Constatou-se também que cerca de que a maioria paga suas obrigações em dias, que monitoram os procedimentos através principalmente da própria administração e outras possuíam um setor encarregado somente pela fiscalização, constatou-se também que fazem revisões de desempenhos.

De acordo com o terceiro pilar de sistemas de Informação e Comunicação, constatou-se que a maioria mesmo que em proporções menores divulgam os seus integrantes as normas das empresas, por meio de manuais escritos suas funções e responsabilidades perante a realização de suas tarefas. Outro ponto a destacar é que divulgam o ambiente de controle, os riscos, planos e o objetivo principal da empresa e possuem o ambiente de trabalho harmônico onde todos têm o direito de se expressar, trocar informações independentes do cargo hierárquico que ocupam. Portanto diante desses expostos é notório observar que as

maiorias das empresas utilizam os sistemas de controle interno de modo eficaz e de acordo com suas atividades.

E com relação à identificação de históricos de desvios ou fraudes nessas empresas, constatou-se, através da tabela 21 que cerca de 85,7% dos respondentes disseram que não tiveram casos dentro da empresa e apenas 14,3% afirmaram que tiveram alguns casos. Portanto, com base nessa tabela verifica-se que as maiorias das empresas nunca tiveram casos de desvios ou fraudes, e as empresas que obtiveram casos conseguiram identificá-las. Sendo assim, se um dos principais objetivos do controle interno é proteger o patrimônio da empresa de desvios ou fraudes notam que essas empresas utilizam de forma efetiva o sistema de controle interno.

Esses objetivos específicos foram fundamentais para a conclusão do objetivo geral da pesquisa. Para identificar se as empresas utilizavam o controle interno como ferramenta de gestão, foi necessário verificar se elas utilizavam medidas de controle interno e sua efetividade. Após essa verificação conclui-se que a maioria das empresas utiliza o controle interno de modo efetivo, gerando informações relevantes e confiáveis ajudando nas tomadas de decisões dos gestores. Essa conclusão poderá ser mais bem fundamentada com base na tabela 25, cuja maioria dos questionados responderam que confiam e dão relevância nas informações geradas pelos controles internos, ou seja, as empresas consideram ou tem uma provável certeza da eficiência de seus controles, e as informações geradas por elas são usadas pelos gestores nos processos de decisões das empresas. A utilização do controle interno como ferramenta de gestão é essencial, pois possibilitam a continuidade dos fluxos operacionais, além de tomar as melhores decisões para a continuidade da empresa. As demais empresas que não utilizam os controles internos com ferramenta de gestão podem até alcançar seus objetivos, mais para obter sucesso, alcançando seus objetivos é necessário um controle efetivo e contínuo dentro da empresa.

Como análise final dessa pesquisa, vale ressaltar que o sistema de controle interno é fundamental no processo organizacional das empresas, independente de seu tamanho e de suas atividades envolvidas, é necessária sua implantação, pois a partir da eficiência do controle, cada atividade realizada dentro da empresa, informará dados relevantes e importantes sobre cada setor, ajudando os gestores em suas tomadas de decisões.

Os resultados permitiram concluir que na percepção dos respondentes, existem procedimentos de controle eficientes, avaliados com base no modelo COSO. O estudo permitiu identificar que a maioria das empresas utiliza os controles como ferramentas de gestão e que algumas tinham necessidade de melhoria nos controles de gestão.

As comprovações observadas e relatadas nesse trabalho foram direcionadas as empresas de revendedoras de veículos situadas na cidade de Cajazeiras/PB. Nesse sentido recomenda-se para trabalhos futuros que estes dados sejam comparados em revendedoras de veículos situadas em outras regiões, pois o presente trabalho limitou-se a Cajazeiras/PB.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti – **Auditoria**: um curso moderno e completo / Marcelo Cavalcanti Almeida, - 6. Ed. – 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação/ Maria Margarida de Andrade. – 9. Ed. – 2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

ATTIE, William – **Auditoria**: conceitos e aplicações/ Attie William. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ATTIE, William – **Auditoria interna**/ William Attie. – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

BEUREN, Ilse Maria (Org.), et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: Teoria e Prática: 3ª ed. São Paulo: Atlas 2006.

Cajazeiras cidade que mais cresce na Paraíba, **Jornal Correio da Paraíba**, Paraíba, 3 de Abril de 2005.

CARPES, Antonio Maria da Silva; ORO, Ieda Margarete. **Análise do ambiente de controle interno nas cooperativas agropecuárias do Estado de Santa Catarina**: Uma investigação Alicerçada na perspectiva da metodologia COSO. Congresso USP – Universidade do Oeste de Santa Catarina.

CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade. **NBC T 11** – Da auditoria interna das demonstrações contábeis. Aprovado pela Resolução n.820/97. Brasília: 1997.

COSO: Committee of Sponsoring Organizations of the treadway Commission. **Estrutura integrada** – Gerenciamento dos riscos. Vol 2, 2007.

COQUEIRO, Leila de Almeida. - **CONTROLE INTERNO EM EMPRESAS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE**: Importância de sua implantação. – Goiás – FNSA.

CREPALDI, Silvio Aparecido – **Auditoria Contábil**: teoria e prática/ Silvio Aparecido Crepaldi. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

Empresa de Cajazeiras ficam entre as 100 maiores contribuintes de ICMS, **Jornal Gazeta do Alto Piranhas**, 27 de Maio a 02 de Junho de 2005.

FILHO, Antonio Reske, JACQUES, Elizeu de Albuquerque, MARIAN, Paulo David – o controle interno como ferramenta para o sucesso empresarial. In. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, UFSM, Minas Gerais, v1 n 3 , mar/maio 2005.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaboras projetos de pesquisa** – 3.ed.rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 1991.

HONGREN, Charles T. – **Contabilidade Gerencial/** Charles T. Horgren, Gary L. Sundem, Willian O. Stratton; traduzido para o português por Elias Pereira. – Ed. 12.- São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

INÁCIO, Gilvan da Conceição, FERREIRA, Leonardo Nunes - **A Controladoria em concessionárias de veículos**: um estudo de caso no Grupo Brasal. -Brasília – UCB, 2006.

IMONIANA, Joshua Onorme, NOYARA, Jouliana Jordan et al – **Congnição da Estrutura de Controle Interno: Uma Pesquisa Exploratória/** Jouliana Jordan Noyara, Joshua Onome Imoniana - BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos 2(1):37-46, janeiro/abril 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** – 4. Ed. – São Paulo: Atlas 2001.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas/** Jorge Lopes. – Recife: ed. Universitária da UFPE, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial/** José Carlos Marion. – 13.ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Silvio luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PRADO, Deildes de Oliveira et al – **Manual de Normas de Auditoria/** Deildes de Oliveira Prado. Brasília Ministério da saúde: 1998.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à acedemia – 1 ed – São Paulo: Rêspel, 2002.

RESKE, Antonio Filho; JACQUES, Elizeu de Albuquerque; MARIAN, Paulo Devid. O controle interno como ferramenta para o sucesso empresarial. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. Curso de Ciências Contábeis UFSM. Vol. 1. N.3 Mar-Mai/ 2005.

ROESCH, S.M.A. **Projetos de Estágio e Pesquisa em Administração**, São Paulo, Atlas, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de – **Curso de Auditoria/ A. Lopes de Sá**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto; SERRA NEGRA, Elizabete Marinho. **Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado** – 2.ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses** – São Paulo: Atlas 2003.

SILVA, Adriana de Almeida Moura da; CAVALCANTI, André Luiz Cordeiro. **Avaliação de ambiente de controle em empresas do DF**. Trabalho desenvolvido na graduação de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília.

SCHMIDT, Paulo, SANTOS, José Luiz dos, ARIMA, Carlos Hideo. **Fundamentos de auditoria de sistemas**, São Paulo, editora Atlas S/A, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** – 21. ed. ver. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Antônio Carlos de; FIALHO, Francisco Antônio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC: métodos e técnicas**. 1ª ed. Florianópolis: Visual Books, 2007.

TRISCIUZZI, Carlos Renato Fontes. **Avaliação do ambiente de controle interno utilizando o modelo PECCI baseado no COSO: Estudo de caso em uma empresa industrial do Rio de Janeiro** – Rio de Janeiro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

JACQUES, Elizeu de Albuquerque. **O Controle interno como suporte estratégico ao processo de gestão** – UFSM/RS – Universidade Federal de Santa Maria do Estado do Rio Grande do Sul.

APÊNDICES



Universidade Federal de Campina Grande
 Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
 Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis
 Curso de Ciências Contábeis



Questionário de Pesquisa

Pesquisa:

**CONTROLE INTERNO: ESTUDO EM EMPRESAS DO COMÉRCIO DE
 REVENDEDORAS DE VEÍCULOS NA CIDADE DE CAJAZEIRAS PB**

Prezado (a) Senhor (a):

Estudo na Universidade Federal de Campina Grande, curso de Ciências Contábeis, estou realizando esse questionário com o objetivo de verificar o controle interno como ferramenta de gestão nas revendedoras de veículos dentro do município de Cajazeiras/PB.

Solicito a V.S.º. que responda da maneira, mas precisa e verídica possível as questões expostas.

Caso o senhor não queira se identificar, ou sua empresa, asseguramos seu sigilo.

Agradecemos desde já sua colaboração.

I-CARACTERIZAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA:

01. Qual é o seu cargo/função na empresa? _____

02. Qual o seu tempo de experiência no setor? _____ ano (s).

03. Qual o seu grau de instrução?

Nível Médio Completo

Nível Superior Completo

Nível Médio Incompleto

Nível Superior Incompleto

Pós Graduação

Outros (especificar): _____

II-CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA:

04. Natureza Jurídica

Empresário (Individual)

Sociedade Empresarial Limitada

Sociedade anônima fechada

Sociedade anônima aberta

Outra (especificar): _____

05. Regime de Tributação

Simples Nacional

Lucro Presumido

Lucro Real

[] Lucro Arbitrado

06. Há quanto tempo à empresa exerce as atividades? _____ ano (s)

07. Qual o número de funcionários da empresa? _____

III - ASPECTOS OPERACIONAIS NA EMPRESA

Pontue cada atividade abaixo contida nos componentes conforme a escala abaixo considerando:

1- Nunca	2- Raramente	3- Frequentemente	4-Quase sempre	5- Sempre
----------	--------------	-------------------	----------------	-----------

1. AMBIENTE DE CONTROLE	N°
Comunicação da importância dos controles internos.	
Dirigir programas de treinamento e conscientização.	
Ênfase dada pela administração.	
Compromisso da administração com o controle.	
Compromisso de todos com o controle.	

2. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE E APRIMORAMENTO	N°
As funções estão adequadamente segregadas nos setores.	
O setor fiscal é integralizado com o setor contábil.	
Há reuniões internas semanalmente.	
As obrigações acessórias são realizadas dentro do prazo.	
Monitoramento dos controles.	
Revisão de desempenho.	
Cabe ao gestor efetuar a monitorização das atividades de controles.	
Existe uma auditoria interna dentro da empresa ou outro setor encarregado de fiscalizar os procedimentos internos estabelecidos pela empresa	
Foram identificados casos de desvio, fraude na empresa.	

3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	N°
Existem divulgações de Normas	
Informações sobre ambiente de controle	
Ambiente harmônico	
Relevância e confiabilidade das informações	
O programa de informática é eficiente	
Os gestores recebem relatórios do sistema de Controles internos.	

ANEXO

Revogada pela Resolução CFC nº 1.203/09, publicada no DOU, em 03/12/2009, Seção 1)

RESOLUÇÃO CFC N.º 820/97

Aprova a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis com alterações e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a constante evolução e a crescente importância da auditoria exigem atualização e aprimoramento das normas endereçadas à sua regência, de modo a manter permanente justaposição e ajustamento entre o trabalho a ser realizado e o modo ou processo dessa realização;

CONSIDERANDO que por se tratar de atribuição que, para o adequado desempenho, deve ser empreendida pelo Conselho Federal de Contabilidade, em regime de franca, real e aberta cooperação com o Instituto Brasileiro de Contadores, a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Seguros Privados;

CONSIDERANDO que este trabalho de revisão das normas aprovadas em 1991, visando adequá-las às necessidades decorrentes da evolução da atividade do auditor independente, concluiu o projeto que, para observância pelo universo a que se destina, é editado pela instituição legalmente incumbida de fiscalizar o exercício da profissão;

CONSIDERANDO que este trabalho evidencia a capacidade de união, retratando a ação conjunta do Conselho Federal de Contabilidade, do Instituto Brasileiro de Contadores, da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, com alterações.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CFC n.º 700, de 24 de abril de 1991.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Brasília, 17 de dezembro de 1997.

Contador JOSÉ SERAFIM ABRANTES
Vice-Presidente para Assuntos Operacionais
no Exercício da Presidência

Ata CFC nº 770, de 17/12/97

Proc. CFC nº 2/97

NBC T 11 – NORMAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 – CONCEITUAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1.1 – CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

11.1.1.1 – A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

11.1.1.1.1 – Na ausência de disposições específicas, prevalecem as práticas já consagradas pela Profissão Contábil, formalizadas ou não pelos seus organismos próprios.

11.1.1.2 – Salvo declaração expressa em contrário, consoante do parecer, entende-se que o auditor considera adequadas e suficientes, para o entendimento dos usuários, as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, tanto em termos de conteúdo quanto de forma.

11.1.1.3 – O parecer do auditor independente tem por limite os próprios objetivos da auditoria das demonstrações contábeis e não representa, pois, garantia de viabilidade futura da entidade ou algum tipo de atestado de eficácia da administração na gestão dos negócios.

11.1.1.4 – O parecer é de exclusiva responsabilidade de contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, nestas normas denominado auditor.

11.1.2 – PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

11.1.2.1 – Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas, abrangendo testes de observância e testes substantivos.

11.1.2.2 – Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno, estabelecidos pela administração, estão em efetivo funcionamento e cumprimento.

11.1.2.3 – Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, dividindo-se em:

- a) testes de transações e saldos; e
- b) procedimentos de revisão analítica.

11.1.3 – (Revogado)

O item 11.1.3 e seus subitens foram revogados pela Resolução CFC nº 1.024, de 15 de abril de 2005.

11.1.4 – FRAUDE E ERRO

11.1.4 – Para os fins destas normas, considera-se:

- a) fraude, o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis; e
- b) erro, o ato não intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

11.1.4.2 – Ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas.

11.1.4.3 – A responsabilidade primária na prevenção e identificação de fraudes e erros é da administração da entidade, através da implementação e manutenção de adequado sistema contábil e de controle interno. Entretanto, o auditor deve planejar seu trabalho de forma a detectar fraudes e erros que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.